

## A CRISE AMBIENTAL-ECOLÓGICA CONTEMPORÂNEA: os indicadores e suas implicações, as origens e a emergência de uma nova mentalidade ambiental

---

### A Terra

As fronteiras foram riscadas no mapa  
A terra não sabe disso:  
São para ela tão inexistentes  
Como esses meridianos com que os velhos sábios recortaram  
Como se fosse um melão.  
É verdade que vem sentindo há muito uns pruridos.  
Uma leve comichão que às vezes se agrava.  
Ela não sabe que são os homens...  
Ela não sabe que não são os homens com suas guerras  
E outros meios de comunicação.

Mário Quintana

Recentemente, um dos editores especiais da *Revista Super Interessante*, José Augusto Lemos, elaborou um pequeno texto sobre a recusa do presidente norte-americano, George W. Bush, em assinar e ratificar o Protocolo de Kyoto<sup>1</sup>, considerado o acordo sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável de maior projeção e repercussão elaborado até então, onde os países signatários comprometem-se a reduzir suas emissões coletivas de gases que provocam o efeito estufa, em pelo menos 5%.

A referida matéria, publicada na edição do mês de maio do ano de 2001, recebeu um título sugestivo: *Cavaleiro do Apocalipse*. Mas entre a

---

<sup>1</sup> O protocolo de Kyoto é um tratado com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, acordo que resultou da reunião da Conferência das Partes, no Japão, em 1997. O protocolo estabelece que os países desenvolvidos terão a obrigação de reduzir, entre 2008 e 2012, a quantidade de seis gases efeito estufa em pelo menos 5%, em relação aos níveis de 1990. As reduções das emissões dos gases vão acontecer em várias atividades econômicas. O protocolo estimula os países a cooperarem entre si através de algumas ações básicas: - reformar os setores de energia e transportes; promover o uso de fontes energéticas renováveis; - eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção; - limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos; - proteger florestas e outros sumidouros de carbono. Ele só entrará em vigor depois que pelo menos 55 partes da Convenção tiverem ratificado, incluindo os países desenvolvidos. Os Estados Unidos, um dos principais emissores de gases de efeito estufa, se recusam a ratificar o Protocolo.

denominação dada ao artigo e o conteúdo que expressa há um certo descompasso. A rigor, o título indica possibilidades interpretativas que o texto não aprofunda, restringindo-se a apontar o móvel da posição estadunidense e as manifestações de repúdio que decorreram. Essa ausência justifica-se, por certo, pela convicção do editor na idéia de que a chamada atribuída ao título remete, naturalmente, a um quadro trágico que já há algum tempo vem sendo pintado sobre o nosso futuro comum<sup>2</sup>, sendo tratado como mote que está na ordem do dia de periódicos, veículos de comunicação, universidades, centros de estudos, organizações não-governamentais, escolas, enfim, pelos governos do mundo inteiro, constituindo-se, por isso mesmo, num tema candente que inescapavelmente traspassa o nosso cotidiano.

Lemos, portanto, recorre ao conhecimento senso-comum já formado para ampliar as informações e significações que busca passar ao leitor.

Valendo-me dos sentidos que suscita, tomo o artigo mencionado como ponto de partida – nas suas insinuações, naquilo que inspira e que viabiliza divagar comparativamente entre o tropo e a vida real –, para construir, neste capítulo, um quadro que evidencie os problemas ecológicos vivenciados pela sociedade contemporânea, procurando identificar sua origem, discutindo suas implicações, no que tange à própria vida no planeta, e analisando, como decorrência dos dilemas e desafios atuais, a emergência de uma nova mentalidade ambiental no contexto dos movimentos ecológicos e dos novos movimentos sociais, bem como pontuando experiências de desenvolvimento alternativo ao modelo sócioeconômico e político-cultural vigente.

O título que designa o artigo de José Augusto Lemos, proposital e apropriadamente, refere-se ao último livro do Novo Testamento, atribuído a São João, o evangelista, e que contém revelações terríficas acerca dos

<sup>2</sup> A expressão “o nosso futuro comum” é uma referência ao livro publicado em 1997, contendo os resultados dos trabalhos da Comissão Brundtland (Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, um organismo da ONU, criada em 1983). Os trabalhos da referida comissão de especialistas foram realizados de forma itinerante, durante vários anos, buscando identificar as causas dos problemas ambientais e as conseqüências, relacionando-os com a economia mundial e com os modelos de desenvolvimento. O estudo também aponta algumas propostas para o futuro. No texto, lançamos mão da expressão como uma referência aos problemas sócio-ambientais e suas conseqüentes implicações planetárias.

destinos da humanidade<sup>3</sup>. É um roteiro que descreve o fim dos tempos, colocando em xeque a humanidade, momento em que o providencialismo pesa e julga as ações dos homens, separando o joio do trigo, tempo de dar o galardão a alguns e tempo de destruir os que destroem à Terra. A descrição dos acontecimentos vindouros é minuciosa, apesar de enigmática e bizarra. Fala dos cavaleiros apocalípticos e dos anjos que são enviados a terra para lançar castigos e punições sobre a humanidade: lançam a desarmonia, fazendo com que se matem uns aos outros; espalham a morte através da espada, da fome, da peste e das próprias feras da Terra para eliminar a quarta parte da população do planeta; fazem a Terra tremer, o Sol enegrecer e a Lua virar sangue; arremessam báltega de fogo e sangue para queimar a terça parte das árvores e toda a erva verde do planeta; fazem morrer o mar e todo os seres que o habitam; deixam amargos os rios e as fontes das águas para depois transformá-las em sangue; lançam a impreciação de gafanhotos sobre a Terra para atormentar os homens; enviam as pragas do fogo e do enxofre; fazem com que o Sol abra-se os homens; lançam sobre a Terra dores, prantos e chagas, em dias tenebrosos.

A predição descrita por São João, a ter lugar num tempo futuro, é de fato aterradora e infausta. A mensagem que contém está carregada de destruição, referindo-se à forças capazes de assolar a Terra, reduzindo o planeta a nada. Mas mesmo que esse vaticínio narrado pelo profeta pertença ao campo da cultura mítica, da tradição religiosa ocidental, a idéia da devastação que enuncia é apropriada e oportuna para se pensar mesmo a vida real, concreta. Referência para refletir sobre os riscos iminentes de destruição que ameaçam a humanidade. E a possibilidade do colapso ecológico – que diz respeito aos grandes problemas que expressam a chamada crise ambiental-ecológica – é a forma de visão apocalíptica mais apropriada para o tempo em que vivemos. E é nesse sentido que se ampliam as significações da matéria escrita por Lemos a partir do título adotado.

<sup>3</sup> Devemos salientar que estamos fazendo uma leitura literal do Apocalipse, segundo São João, utilizando-o como um recurso metafórico para dar força e clareza sobre a gravidade que representa, nos quadros da sociedade contemporânea, a aguda crise ambiental-ecológica. Para além dos significados próprios que lhe atribuímos no contexto deste trabalho, não é nosso objetivo mergulhar nas querelas interpretativas sobre o referido livro bíblico.

Na contemporaneidade, a crise ambiental-ecológica pode ser definida como um processo de desequilíbrio do meio ambiente provocado pela ação ou intervenção humana, levando à depredação da natureza e, em decorrência, ameaçando a própria vida no planeta.

Os indicadores da ruptura do equilíbrio ambiental e os efeitos apocalípticos que desencadeiam – em grande parte ausentes até a poucas décadas (e podendo assim serem ignorados pela sociedade e mesmo por estudiosos) –, estão presentes hoje em toda a parte, impondo-se como uma questão a ser pensada e equacionada. E pelo documento intitulado *O Estado do Mundo* (1991) – publicação periódica editada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA –, criado com a função de acompanhar a situação da qualidade ambiental no mundo, é possível apontar os indicadores mais graves, que representam riscos iminentes para o planeta e para a humanidade, como o problema dos desmatamentos e os riscos do aquecimento global, a degradação de zonas costeiras, o efeito estufa, o processo de desertificação em certas áreas, os problemas ambientais (e sociais) decorrentes do gigantismo urbano, a extinção de inúmeras espécies vegetais e animais, a contaminação de alimentos por agrotóxicos, a poluição dos recursos hídricos e a escassez aguda de água, a chuva ácida, a poluição atmosférica, os efeitos danosos da construção de grandes barragens e da explosão demográfica, situando-se entre as questões mais acentuadas.

A poluição crescente dos recursos hídricos e a escassez aguda de água têm se tornado um problema tão grave que a sociedade mundial busca redimensionar sua importância estratégica para o desenvolvimento econômico e mesmo para a sobrevivência da humanidade.

Bem sabemos que embora dois terços do planeta sejam cobertos por uma imensa massa líquida, apenas uma pequena fração dela, ou seja, 1% do total, constitui-se em água doce superficial disponível. Mesmo nessa proporção, segundo relatórios da ONU (apud DIAS, 1998, p.153), as reservas seriam suficientes para satisfazer as necessidades atuais e futuras da humanidade. O problema, a rigor, não reside na desproporção entre água

salgada e doce, mas na relação que se estabelece entre a pequena fração de água potável e sua distribuição desigual, ao mesmo tempo em que sua qualidade pode variar consideravelmente de região para região.

Segundo Danilo Antón, um importante especialista no campo ambiental, tal desproporcionalidade se explica por diferentes razões:

“En primer lugar, esos grandes volúmenes de agua dulce adecuada para consumo humano solo existen en ciertas áreas relativamente pequeñas con condiciones muy particulares: los cursos inferiores de los ríos, los grandes lagos, los acuíferos de alto rendimiento. En segundo lugar, no siempre el agua dulce disponible tiene la calidad requerida, a veces debido a causas naturales, y más a menudo como consecuencia de su degradación antrópica. En tercer lugar, no todos los reservorios naturales de agua tienen la misma tasa de renovación. La utilización a largo plazo de cualquier recurso hídrico está limitada por su renovabilidad. Y finalmente las necesidades sociales de agua, tanto su demanda real como potencial se concentran en unas pocas áreas densamente pobladas, que no necesariamente coinciden con los sitios de mayor disponibilidad. Resumiendo, los grandes volúmenes de agua dulce de buena calidad y con renovabilidad suficiente para satisfacer las necesidades de las ciudades en forma sostenible no se encuentran con facilidad. Por esa razón el agua se ha transformado, cada vez más, en un factor limitante para el crecimiento demográfico y económico de ciudades y países.” (1996, p.58).

A escassez de água em diferentes regiões do planeta (no continente africano, mais acentuadamente na porção setentrional; no Oriente Médio; na Ásia, mais gravemente na Ásia Central; porção sul do deserto do Saara) e o controle dos recursos hídricos em outros pontos, faz com que a questão seja tratada “hoje como problema de equilíbrio geopolítico tão importante quanto o controle das jazidas petrolíferas” (CAPRILES, 1992, p.4-5). E pelos estudos e conclusões de diversas organizações e instituições, como o Centro de Estudos Estratégicos Internacionais e o Banco Mundial, a água potável será o recurso natural mais disputado do planeta nos próximos séculos, o que motivará muitos conflitos:

“A possibilidade de ser deflagrada uma guerra por causa da disputa do controle dos recursos hídricos foi levantada

recentemente tanto em Paris quanto em Londres nos meios políticos e amplamente divulgada pela televisão.” (Ibid.).

Alguns dos dados elaborados pela Organização das Nações Unidas e Pela Organização Mundial da Saúde (RELATÓRIO, 1994) corroboram a idéia da importância geopolítica que a água tem. Em 1996, a escassez já atingia 40% da população mundial e, hoje, cerca de 40 mil crianças morrem todos os dias em decorrência do consumo de água imprópria. E mesmo a demanda atual triplicou em relação aos últimos 40 anos, sendo utilizada para o consumo residencial, como matéria-prima indispensável à indústria, que a emprega em quantidades gigantescas (os ramos siderúrgicos, petroquímicos e de papel são grandes consumidores de água) e usada na agricultura com fins de irrigação.

O problema da escassez da água vai assumindo contornos mais graves à medida que a própria ação dos homens provoca a poluição e contaminação dos recursos hídricos – tanto superficiais quanto subterrâneos -, que ocorrem, enquanto fontes de contaminação, pelo lançamento de esgotos urbanos sem tratamento; lançamento de produtos utilizados na agricultura, como pesticidas e fertilizantes químicos, que são levados para os rios pela água da chuva; e lançamento de resíduos industriais.

Na maioria dos países, não são os grandes centros urbanos que consomem o maior volume de água, mas sim a atividade agrícola que depende de irrigação, prática esta de altíssimo consumo, representando quase a totalidade da água doce utilizada. Nesse caso, o problema reside nas consequências danosas dessa prática para o meio ambiente<sup>4</sup>. O desastre que hoje ocorre com o mar de Aral<sup>5</sup> pode se repetir em outros pontos do planeta, visto que muitas regiões só conseguem produzir alimentos com o uso da

<sup>4</sup> A atividade agrícola é a responsável, sozinha, pelo consumo de praticamente 69% da água no mundo. Muitos sistemas de irrigação utilizam de maneira excessiva e contribuem para degradar terras de alta qualidade devido à salinização e inundação.

<sup>5</sup> O Mar de Aral é um enorme lago salgado, localizado entre as repúblicas do Uzbequistão e o Cazaquistão. Pesquisadores que o estudam têm observado que ele está secando. Em 1960, tinha 68 mil quilômetros quadrados; atualmente sua área diminuiu um terço e sua profundidade média, que era de 53 metros, não supera os 40 metros. Tempos atrás, foi implantado um projeto de irrigação de terras no Uzbequistão para o plantio de algodão. As águas dos rios Syr-Daria e Amu-Daria, que alimentavam o Mar de Aral, foram aproveitadas para esse projeto. Em vista disso, a descarga de água desses rios no Mar de Aral diminuíram. Como ele se situa numa região de clima desértico e semi-árido, a evaporação é intensa. Isso, mais o desvio das águas dos rios que o abastecem, leva o mar a secar e a por em risco as espécies animais que o habitam.

irrigação. No Brasil, esse uso é recorrente, e um polêmico projeto que trata da transposição das águas do rio São Francisco, para fins de irrigação em larga proporção, tramita no Congresso Nacional e corre o risco de aprovação sem a realização de estudos precisos sobre os possíveis impactos ambientais.

Nas áreas industrializadas do planeta, os efluentes industriais são os principais agentes de contaminação dos rios. Na América Latina, por exemplo, nos núcleos urbanos industriais,

"(...) no existe prácticamente ningún curso de agua, lago o acuifero intocado por lá contaminación de origen antrópico. Las ciudades más grandes son las que presentan los mayores problemas. Todos los ríos que se originan o atraviesan las grandes ciudades están altamente contaminados: el Riachuelo, en Buenos Aires; el Tiete y el Pinheiros, em São Paulo; el Mapocho, en Santiago; el Bogotá, en la ciudad del mismo nombre; (...) los arroyos Pantanoso y Miguelete, en Montevideo." (ANTÓN, 1996, p.169).

Já na América do Norte,

"(...) metade da população norte-americana bebe água contaminada. As principais vítimas são as crianças (...) Estão bebendo cianureto e sais de nitrogênio. (...) A água assim contaminada provoca nas crianças a metemoglobinemia infantil; trata-se de uma alteração na composição química das hemoglobinas que ficam impossibilitadas de levar oxigênio dos pulmões às células." (CHIAVENATTO, 1989, p.37).

Nas áreas das grandes metrópoles dos países subdesenvolvidos – que se caracterizam por um permanente processo de espraiamento urbano e grande concentração humana –, os maiores poluidores são os efluentes cloacais domésticos e os esgotos urbanos, dejetos que fazem proliferar bactérias causadoras de muitas doenças, se ingeridas ou absorvidas pela pele –, e que também liberam organismos responsáveis por elevado consumo de oxigênio, elemento fundamental à fauna dos rios. Nesses lugares, a água consumida é carregada de coliformes fecais. Esse tipo de contaminação também provoca uma diminuição da diversidade biológica e, ao mesmo tempo, implica um sensível aumento das áreas de risco.

Os recursos hídricos armazenados em aquíferos subterrâneos igualmente não escapam da tragédia da contaminação. As fontes de contaminação e os principais agentes poluidores são praticamente os mesmos que afetam a água doce de superfície. No entanto, a maior parte das formações geológicas abrandam a poluição dos reservatórios subterrâneos, atuando como um filtro para muitos dos agentes contaminantes presentes na água que flui para o seu interior.

Os problemas mais sérios ligados aos recursos hídricos subterrâneos referem-se, por um lado, a uma exploração irracional e, por outro, a ausência de políticas e estratégias de sustentabilidade desses recursos.

No tocante ao manejo inadequado das reservas do subsolo, Antón explica:

“Sin embargo, el aspecto crítico no es el volumen, sino la renovabilidad. Cuando los acuíferos son explotados más allá de su capacidad de renovación, los niveles piezométricos descienden, los costos de bombeo aumentan y, tarde o temprano, el recurso se agota.” (1996, p.193).

E as conseqüências desse tratamento insustentável dos aquíferos subterrâneos se fazem sentir por toda parte. Em relação ao México, por exemplo, Kurt Kloetzel constata:

“De tanto consumir a reserva de seu subsolo (...) a cidade do México está afundando lentamente, processo que só se interromperá com a exaustão do lençol freático.” (1994, p.33).

E Danilo Antón questiona-se sobre o devir daquela metrópole:

“No podemos evitar preguntarnos qué ocurrirá en el futuro con la ciudad de México, y sus 20 millones de habitantes. El agua se está haciendo insuficiente. Se gastan enormes cantidades de dinero y energía para traer al valle volúmenes de agua cada vez mayores, mediante el bombeo de millones de m<sup>3</sup> por día, mientras que la ciudad y sus áreas urbanas circundantes continúan creciendo.” (1996, p.195).



Próximo dali, um pouco mais ao norte, ocorrem problemas motivados pela mesma insensatez:

“(...) no Texas, no Arizona, no Kansas a agricultura intensiva igualmente paga tributo pesado, com o iminente esgotamento das reservas subterrâneas. Na Califórnia, por outro lado, já se está investindo em usinas de dessalinização da água do mar, além do que algumas municipalidades tiveram de impor severas medidas de economia.” (KLOETZEL, 1994, p.33).

A questão da escassez aguda de água conjugada com os problemas de contaminação dos recursos hídricos nos remete a refletir sobre as circunstâncias que irão emergir num futuro não muito distante, injunções preme de implicações capazes de dividir ainda mais o mundo e distanciar os homens<sup>6</sup>.

A desertificação é um outro indicador do desequilíbrio ecológico. O fenômeno, caracterizado pela redução da vegetação e da capacidade produtiva do solo e, num estágio mais avançado, pela degradação do solo, com o aparecimento de uma terra árida, está intimamente ligado a prática dos desmatamentos de áreas cobertas por vegetação (retirada pelas queimadas, pelo arado e pelo gado), como ocorre hoje, notadamente nas florestas tropicais, as mais ricas em biodiversidade, com fins de exploração econômica.

Segundo levantamentos feitos pelo Worldwatch Institute, a desertificação ataca 15% da superfície do planeta. E pesquisas desenvolvidas pelas Nações Unidas revelam que

“(...) esse processo vem colocando fora de produção quase 60 mil quilômetros quadrados de terras férteis por ano - ou uma Paraíba inteira a cada 365 dias.” (REVISTA TERRA, n.6, jun.1998, p.32).

<sup>6</sup> O aumento mundial do consumo de água e, paralelamente, a contaminação crescente das fontes de água doce disponível apontam para uma previsível escassez desse recurso nos próximos anos. No mundo contemporâneo, o controle dos recursos hídricos é tratado como um problema de equilíbrio geopolítico. Em várias regiões do mundo têm gerado conflito e disputas. O Oriente Médio, por exemplo, região com maior índice de crescimento populacional, assiste hoje a morte de suas fontes naturais: o consumo de água supera as possibilidades de renovação dos recursos hídricos e toma mais aguda ainda a disputa territorial histórica entre judeus e palestinos. Portugal e Espanha, já há algum tempo, estão em situação de acirrada disputa diplomática em função do desvio das águas do rio Tejo e Douro, desvio feito em território espanhol para fins de irrigação, fazendo desaparecer mexilhões e outras espécies marinhas em Portugal. Conflitos dessa natureza são cada vez mais frequentes em diversos pontos do mundo, levando inclusive alguns países a tomarem medidas drásticas de controle e consumo. Especialistas avaliam que, num futuro próximo, conflitos militares pela posse da água podem repetir confrontos que já ocorreram por causa do petróleo.

A desertificação avança consideravelmente em áreas áridas de clima seco, o que corresponde a um terço da superfície terrestre, onde vivem aproximadamente 1 bilhão de pessoas. O caso mais conhecido, e que deu o sinal de alerta ao mundo para o problema, foi a tragédia do Sahel, que já vitimou mais de 500 mil pessoas, sucumbidas pela fome. Mas contamos com problemas semelhantes dentro das nossas próprias fronteiras. O processo de desertificação também atinge o Nordeste brasileiro, ocupando uma área correspondente a 181 mil quilômetros quadrados, incluindo Gilbués, no Piauí, Irauçuba, no Ceará, Seridó, entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba, e Cabrobó, em Pernambuco, áreas onde os recursos naturais foram mais afetados pelo fenômeno. Lá, a seca mata.

O processo de desertificação tem se verificado, igualmente, em zonas de florestas tropicais e em regiões de clima temperado. E o móvel, invariavelmente, é o mesmo: a superexploração da terra sem qualquer cuidado e a desatenção à prática do manejo sustentável.

Nas florestas tropicais, com a mata e a vegetação eliminada – primeiro para a exploração da madeira e, posteriormente, para a prática do pastoreio intenso de gado ou para o plantio –, o sol passa a incidir diretamente sobre o solo desnudo, provocando a evaporação contínua, inclusive da água existente nas camadas mais profundas, ricas em sais de ferro e outros minerais, resultando no fenômeno da laterização, ou seja, a formação de ladrilhos ou de placas que tornam o solo menos permeável<sup>7</sup>.

O francês Jean Dorst, autor do clássico ecológico *"Antes que a natureza morra"* (1973), comenta que quando manejadas sem critério, as florestas tropicais ou pluviais entram em processo de extinção. E exemplifica nomeando os patrimônios florestais que já foram devastados – por tratores e motosserras – ou que estão em vias de ser: cita a tragédia das florestas da Costa do Marfim, no litoral atlântico da África, as grandes florestas pluviais da Ásia, especialmente aquelas que cobrem os territórios de Sarawak e Sabah, na

<sup>7</sup> A sociedade brasileira conhece de perto essa situação. A Floresta Amazônica é constituída por uma intrincada rede de ecossistemas. Alguns projetos agropecuaristas implantados em sua periferia (nos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia), promoveram a derrubada da mata, deixando o solo exposto à erosão e tornando a terra estéril.

ilha de Bornéu e pertencentes à Malásia. Inclui-se, nesse rol, a floresta amazônica.

Como advertência para o caso da floresta amazônica, Dorst diz que o grande erro seria repetir as mesmas negligências cometidas com relação a outros grandes patrimônios vegetais, agora imensas áreas estéreis.

Mas a lógica desenvolvimentista nacional, fundamentada numa abordagem de consumo imediatista, parece estar distante daquele alerta e das reiteradas observações de biólogos e outros estudiosos<sup>8</sup>. Já são incontáveis os projetos autorizados e implantados na Amazônia brasileira, principalmente os financiados por capitais estrangeiros, entre os quais o Projeto Jari provavelmente seja o mais conhecido. E os prejuízos ambientais se multiplicam. Samuel Murgel Branco observa que o “desenvolvimento desse processo de desertificação pode ser observado em vários pontos da região amazônica” (1988, p.36). E Chiavenatto critica essa situação em tom de sarcasmo: “Em poucos anos teremos um Saara – talvez importemos camelos para dar mais clima...” (1989, p.72).

A desertificação também se espalha por regiões de clima temperado. É o que acontece, por exemplo, no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul, onde vastas áreas estão tomadas pela areia em decorrência da exploração excessiva da terra pela prática da monocultura da soja e pela falta de cuidado com a pecuária, atividades que sustentam economicamente a região.

A ampliação da ocorrência da desertificação sugere projeções preocupantes, mas a que mais assusta os estudiosos do assunto é “a redução das terras férteis, o que no futuro pode causar mais fome em um planeta onde a demanda por alimentos é crescente” (REVISTA TERRA, n. 6, jun. 1998,

<sup>8</sup> Como outros estudiosos, referimo-nos aos críticos da sociedade de consumo, entre os quais, podemos citar:

- AVRITZER, Leonardo. Racionalidade, mercado e normatividade. *Novos Estudos*, Cebrap, n.44, mar. 1996.  
 - TASCHNER, Gisela Black. Dimensões Políticas da Cultura do Consumo. XX Encontro ANPOCS, GT Cultura e Política, Caxambu, out./96.  
 - PINTO, Céli R. J. O Sujeito Insuficiente: o sujeito político versus o contribuinte e o consumidor. XX Encontro ANPOCS, GT Cultura e Política, Caxambu, out./96.  
 - HIRSCHMANN, Albert. Conflitos sociais como pilares da sociedade de mercado democrática. *Novos Estudos*. Cebrap, n.42, jul/95.  
 - FEATHERSTONE, Mike. A globalização da complexidade. Pós-modernismo e cultura de consumo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. ANPOCS, n.32, out/96.

p.33). Ess é, certamente, a face mais calamitosa das implicações decorrentes desse processo de desertificação que se verifica em diferentes pontos do globo. Seus efeitos são danosos a ponto de dividir ainda mais o mundo e distanciar os homens.

O desmatamento, móvel principal do fenômeno da desertificação, constitui-se também no agente responsável por outros estragos ao meio ambiente, envolvendo o aumento do processo erosivo, o assoreamento de rios, lagos e córregos d'água, como resultado da elevação da sedimentação, o que por sua vez provoca, muitas vezes, a ocorrência de enchentes, a diminuição da população de peixes e mesmo promovendo dificuldades para a navegação, a extinção de nascentes, a diminuição dos índices pluviométricos; a elevação das temperaturas médias locais e regionais, pois sem a mata da floresta, quase toda a energia solar é devolvida para a atmosfera em forma de calor, a destruição da biodiversidade, levando a diminuição ou, muitas vezes, a extinção de espécies vegetais e animais, reduzindo o nosso patrimônio genético, a proliferação de pragas e doenças, como conseqüência de desequilíbrios nas cadeias alimentares.

A degradação de zonas costeiras – problema que dia-a-dia vai se agravando e de conseqüências previsíveis – representa outro indicador significativo da ruptura do equilíbrio ambiental.

As denúncias de que os oceanos estão se transformando numa gigantesca lata de lixo fluídica pululam de todos os lados, dos cientistas às organizações não-governamentais. Mas da zona oceânica total, as zonas costeiras se constituem nas regiões mais produtivas –, e tanto mais produtivas quanto mais ricas forem suas formações estuarinas –, pois nessas áreas “se associam os dois fatores indispensáveis à vida – luz e nutrientes –, principalmente aquelas em que desembocam grandes rios” (BRANCO, 1988, p.60). Nessas áreas, ocorrem quase toda a captura mundial de peixes, verificam-se muitas classes de ecossistemas vitais para a vida marinha e para a humanidade, além de abrigarem 60% da população mundial, o que corresponde a aproximadamente 3 bilhões de pessoas.

Mas apesar da importância que possui, as zonas costeiras sofrem grande degradação, seja pelo lançamento de esgotos industriais e domésticos, ou pela exploração dessas áreas para a expansão das plantas urbanas – freqüentes em áreas de manguezais transformadas em loteamentos para casas de veraneio, formação de núcleos – seja pela descarga de sedimentos oriundos de erosões e efluentes de várias origens, transportados pelos rios, ou pelos repetidos derrames de petróleo – por naufrágios, acidentes operacionais em refinarias, oleodutos, terminais de carga e descarga, por descarga deliberada de águas de lastro.

Os impactos promovidos pelas atividades humanas nas zonas costeiras – principalmente – são preocupantes, pois desencadeiam um processo sem retorno, contaminando e poluindo o ambiente marinho, provocando desequilíbrios. Em várias regiões do mundo, verifica-se a ocorrência da “superpopulação de algas, as quais apodrecem causando prejuízos à pesca, além da questão estética” (BRANCO, 1988, p.62); águas encontram-se saturadas de produtos químicos sintéticos, que além de alterarem o processo metabólico dos organismos vivos, podem provocar, pela sua acumulação, doenças e mortalidade da vida marinha; peixes e mariscos contaminam-se com substâncias tóxicas, tornando arriscado seu consumo pelos seres humanos; uma imensidade de seres marinhos são envenenados e sufocados pelo óleo.

Enfim, o quadro atual é dramático e pode complicar-se ainda mais. Os danos já provocados pela humanidade ao entorno marinho não permitem mais sua recuperação. E mesmo sabendo dos riscos, continuamos a repetir as mesmas atitudes e práticas, ou seja, ainda não emergiu um movimento político e processo cultural que permita prever a curto prazo uma reversão da degradação da natureza. E é por isso que a vida nas zonas costeiras, e a nossa própria, corre um perigo iminente. De forma mais precisa, Edward Goldberg, consultor da Unesco, explicita os contornos do problema:

“Hoje já não podemos mais voltar atrás. O grande volume de águas oceânicas torna a recuperação de uma substância tóxica, derramada por acidente, ou catástrofe, uma empresa superior à

capacidade de nossas técnicas atuais ou de um futuro previsível (...) Corremos o risco de legar às gerações futuras um oceano envenenado." (apud CHIAVENATTO, 1989, p.129).

No contexto contemporâneo, cada vez mais a sociedade se distancia do fausto destino garantido pelas riquezas do mar; assim como vislumbra Júlio Verne em *Vinte mil léguas submarinas* (s.d.), construindo, ela própria, um sentido para as palavras de João, o evangelista: "E o segundo anjo derramou a sua taça no mar, que se tornou em sangue como de um morto, e morreu no mar toda a alma vivente" (APOCALIPSE, 16:3). Pensar a morte dos oceanos já não sugere, hoje, nenhum exercício ficcional ou delírio profético. A análise de José Júlio Chiavenatto infere que "os oceanos serão um caldo tóxico" (1989, p.127). E Samuel Murgel Branco observa que, "se não conseguir extinguir essa riqueza, (o homem) vai pelos menos torná-la totalmente imprestável ao consumo" (1988, p.65).

Sobre a extinção de inúmeras espécies vegetais e animais, o consultor Jon Erickson (1992), especialista em Ciências Naturais, afirma que a ocorrência atual é seria, além de estar se acelerando rapidamente, o que poderá desencadear conseqüências nada otimistas.

O empobrecimento biológico da biosfera redundará, a rigor, na diminuição da biodiversidade do planeta, ou seja, na redução da variedade e variabilidade de todas as formas de vida na Terra, fonte de riqueza e provedora de "matéria-prima para alimentos, tecidos, remédios, energia e processos industriais" (ERICKSON, 1992, p.208).

O problema da extinção não se resume simplesmente ao desaparecimento de uma espécie, mas pelas implicações que promove na cadeia de interações a que está ligada. Isso significa, em outras palavras, que a eliminação de uma única espécie (animal ou vegetal) pode alterar irreversivelmente o equilíbrio de um ecossistema, ameaçando a sobrevivência de inúmeras outras espécies.

Em todo o mundo, o principal móvel da extinção de espécies é a destruição de *habitats*, que ocorre pelo desmatamento e degradação de

amplas áreas naturais e pela contaminação dos corpos de água doce e dos sistemas marinhos costeiros.

Estudos recentes estimam que nas próximas duas décadas, entre 2% a 7% das espécies desaparecerão, o que corresponde a “uma perda de 20 a 75 espécies por dia, se o número de espécies existentes for de 10 milhões e de até 300 espécies por dia se o número de espécies existentes for de 33 milhões” (Ibid., p.208).

Cercando-se do trabalho de pesquisa e da opinião de alguns cientistas, Erickson refere-se às implicações da diminuição da diversidade das espécies, observando que pode atingir mesmo o ponto de comprometer “a viabilidade de sobrevivência de grandes contingentes populacionais da espécie humana” (Ibid., p.210).

Compondo o quadro dos indicadores mais graves que comprometem a qualidade ambiental, também aparecem os problemas gerados pelo gigantismo urbano.

Dados presentes no Relatório do Desenvolvimento Humano (1995), publicado pela ONU, revelam que, atualmente, a população urbana mundial corresponde a quase 50% do total, o que equivale, aproximadamente, a 2,4 bilhões de pessoas<sup>9</sup>.

Esse fenômeno da urbanização foi produzido por diferentes fatores atrativos. Nos países desenvolvidos, os fatores estão ligados basicamente ao processo de mecanização da produção agrícola, de industrialização e a geração de oportunidades de empregos nas cidades. Nos países subdesenvolvidos, os fatores referem-se basicamente às péssimas condições de vida existente na zona rural, provocando uma transferência de população para as cidades. Essas migrações geralmente não são voluntárias. A rigor, trata-se de expulsões ou migrações forçadas, devido à concentração da propriedade na Terra.

---

<sup>9</sup> Segundo o mencionado relatório, esse índice corresponde ao planeta como um todo. A taxa de urbanização no início da Revolução Industrial não passava de 2%; em 1960, a população que vive nas cidades atingiu 34% do total; em 1992, o índice subiu para 44%. Já no ano de 2000, atingiu 48%, já superando a casa dos 50% na atualidade. A partir desses dados, conclui-se que o processo de urbanização é um fenômeno muito recente na história do homem. No entanto, deve-se salientar que tais dados são a média do planeta. Há países com altas taxas de urbanização e outros ainda essencialmente rurais.

O processo de desenvolvimento urbano reflete no surgimento de grandes cidades, denominadas genericamente de metrópoles devido ao tamanho, à quantidade de pessoas que abrigam e pela concentração das atividades econômicas, políticas e culturais. Esse gigantismo urbano constituiu-se num vetor que provoca as mais profundas alterações no espaço natural, promovendo a emergência de um grande número de problemas ambientais; mesmo aqueles de escala global têm sua origem no espaço urbano. Nesse contexto, aparecem como alguns dos problemas mais graves, entre outros, a poluição atmosférica, o efeito estufa, a destruição da camada de ozônio, as chuvas ácidas, o problema do lixo sólido, a poluição das águas que circulam nesses sistemas urbanos.

A questão do lixo sólido é um dos problemas que qualquer cidade enfrenta, mas que se torna um problema especialmente grave nas aglomerações urbanas de grande porte. As incríveis quantidades de resíduos sólidos produzidos nas grandes cidades devem-se não só ao próprio papel de consumidoras que assumem dentro do fluxo de matéria e energia do planeta, mas igualmente pelo alto índice demográfico que concentra e ao estímulo dado ao consumo.

Os números podem expressar com precisão a dimensão do problema. Nos Estados Unidos, por exemplo, estima-se uma produção anual de lixo que gira ao redor de 10 bilhões de toneladas. Já numa cidade como São Paulo, a produção diária é de 12 mil toneladas. São realidades inseridas num tipo de modelo social que se caracteriza pela produção de resíduos.

A solução mais comum adotada para a disposição final desses gigantescos volumes de resíduos, os chamados aterros sanitários, "coisa simplória, barata e brutal" (LUTZENBERG, 1985, p.19), têm provocado problemas ambientais, degradando o espaço urbano: os lixões constituem-se em ambiente favorável à proliferação de insetos (moscas, baratas) e ratos; no processo de decomposição, produz um caldo escuro e ácido denominado chorume, responsável pelo mau cheiro e pela contaminação do lençol



freático, após infiltrar-se no solo, assim como é responsável pela produção de outros gases venenosos.

O combativo ecologista brasileiro José Lutzenberg é um crítico ferrenho desse tipo de solução econômica que se pratica, e assinala as suas conseqüências:

“Ainda não consegui ver um lixão deste tipo em que o isolamento das camadas fosse bem feito. Mesmo que fosse, a coisa é sempre uma bomba relógio. Pode levar décadas, mas a contaminação do lençol freático é inevitável.” (1985, p.18-23).

O gigantismo das cidades também promovem drasticamente a poluição dos corpos d’água que circulam nesses sistemas urbanos, pois o seu consumo é elevado e, conseqüentemente, há uma infinidade de fontes poluidoras. Linhas atrás, tratei o assunto de forma mais ampliada nos quadros da abordagem proposta para o problema da contaminação dos recursos hídricos.

A contaminação atmosférica é um dos problemas mais sérios que se verificam nas grandes cidades, afetando a maioria dos países. Resulta do lançamento, pela frota de veículos, instalações industriais, centrais termelétricas e pelas instalações de aquecimento, entre outros, de enorme quantidade de gases e materiais particulados no ar. Jon Erickson estima que “só os veículos motorizados expõem 50% dos materiais particulados e gases de aerossol liberados na atmosfera” (1992, p.187).

A poluição do ar expõe a níveis insalubres a população urbana de todo o mundo. E a relação dos efeitos dos gases tóxicos presentes na atmosfera sobre a saúde do homem é variada e extensa: a elevação dos níveis de poluentes provoca, de imediato, problemas como irritação nos olhos e na garganta, complicações respiratórias; o monóxido de carbono dificulta a oxigenação do organismo e agrava doenças cardiovasculares e respiratórias; o dióxido de enxofre afeta os pulmões; o chumbo causa perturbações nervosas, e o material particulado (fumaça preta e poeira) são cancerígenos e mutagênicos.

O lançamento desses poluentes na atmosfera também causa a elevação exagerada dos níveis de acidez, responsáveis pelo fenômeno denominado "chuva ácida". Os gases tóxicos presentes no ar (anidrido sulfuroso e os óxidos de nitrogênio) são absorvidos pelas gotículas de água que formam as nuvens, sendo convertidos em ácidos sulfúrico e nítrico, vindo a precipitarem-se posteriormente sob a forma de chuva ácida.

A ocorrência do fenômeno está ligada com maior frequência aos países que mais emitem esses gases, ou seja, às nações industrializadas do hemisfério norte, principalmente no nordeste da América do Norte e na Europa Ocidental. No entanto, em virtude do movimento atmosférico, a precipitação pode ocorrer a centenas de quilômetros de distância do local onde os poluentes foram liberados. São conhecidos, por exemplo, o caso das represas da Noruega, que estão sendo contaminadas através das chuvas ácidas cuja origem está na emissão de poluentes industriais lançados na Alemanha, França e Grã-Bretanha.

Samuel Murgel Branco (1988) chama a atenção para o fato de que os efeitos desse tipo de impacto ambiental desconhece fronteiras políticas ou barreiras físicas. E as conseqüências das chuvas ácidas são danosas: responsável pela destruição de grandes florestas da América do Norte, Europa, China e Brasil; afeta o solo, tornando-o ácido e inviabilizando o cultivo; prejudica particularmente os "organismos aquáticos, porque a maioria das espécies não pode suportar altos níveis de acidez no ambiente" (ERICKSON, 1992, p.191); tornam ácidos os cursos d'água e os lagos, dizimando as populações aquáticas. É mais uma vez Jon Erickson que oferece dados que demonstram a gravidade do problema:

"Os níveis de acidez da chuva e da neve indicam que em muitas partes do mundo a precipitação atmosférica passou de uma solução quase neutra no começo da era industrial (há dois séculos) para uma solução diluída de ácido nítrico e sulfúrico. Em certos casos, a chuva ácida é tão forte quanto vinagre." (Ibid.).

Outro impacto ambiental atrelado ao problema da contaminação atmosférica, e em torno do qual fazem-se previsões catastróficas, é o

chamado efeito estufa. Trata-se, na verdade, de um fenômeno natural que garante o equilíbrio térmico do planeta e que viabiliza a sobrevivência das várias espécies vegetais e animais. No entanto, o fenômeno está se transformando num problema grave à medida que se verifica, de forma crescente, um desequilíbrio na composição atmosférica, provocada pela crescente elevação de certos gases lançados no ar, como é o caso do metano, dos clorofluorocarbonos e dióxido de carbono. O acúmulo desses gases poluentes encapsula o calor do sol e não deixa que ele escape para o espaço, transformando a atmosfera numa estufa.

A polêmica que gira em torno do problema não afasta, apesar de uma ou outra exceção, um prognóstico desolador sobre as conseqüências do efeito estufa, como a possibilidade de uma gradativa elevação das médias térmicas no planeta; o derretimento do gelo dos pólos e das montanhas e a conseqüente elevação do nível dos mares,

“(...) pouca coisa, um metro por década, ao que se estima! O suficiente, porém, para inundar cidades litorâneas como Nova York, Londres, Rio de Janeiro, inviabilizando a vida civilizada.” (KLOETZEL, 1998, p.46).

Como também, provocando

“(...) profundas modificações em todos os ecossistemas: florestas tropicais transformadas em desertos; tundras e estepes outrora desoladas milagrosamente recobertas por matas; cultivos arruinados, pastagens devastadas – fome por toda a parte.” (Ibid.).

O buraco da camada de ozônio, assim como o efeito estufa, é outro problema ambiental de caráter global. É também um dos mais conhecidos. Refere-se à destruição gradativa da camada de ozônio existente na estratosfera, gás esse que tem um papel fundamental na regulação da vida na Terra, servindo como filtro das radiações ultravioletas tipo B emitidas pelo sol, perigosas para o homem – podendo causar câncer de pele e perturbações da visão –, para as espécies vegetais – provoca a diminuição da fotossíntese - e perigosas também para os animais e para o plâncton marinho – interfere em seus mecanismos de reprodução.

A destruição da camada de ozônio é mais um dos reflexos das práticas da civilização moderna, pois a queda crescente do nível de ozônio está relacionado ao emprego de compostos conhecidos por clorofluorcarbonos (CFC).

Pelo monitoramento da concentração desse gás na atmosfera superior, constata-se buracos gigantescos na camada de ozônio sobre as regiões temperadas do hemisfério Norte, sobre a região do Ártico e principalmente sobre a Antártida.

A gravidade do problema levou a comunidade internacional a firmar um acordo (Protocolo de Montreal) com o fim de reduzir o uso dos produtos químicos responsáveis pela destruição, através da interrupção da produção e utilização ou substituição desses produtos. Mas mesmo que as emissões cessassem hoje, a destruição da camada de ozônio continuaria pela extensão de tempo necessário para que a estratosfera ficasse limpa.

Enquanto não ocorrer, de fato, uma diminuição da emissão de poluentes, única medida capaz de promover a recuperação da camada de ozônio, o problema poderá desencadear efeitos nocivos. Uma das grandes preocupações é a possibilidade de a circulação atmosférica ampliar os buracos, atingindo as regiões mais habitadas do planeta.

Um relatório publicado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) confirma o estado precário da camada de ozônio. E diante das constatações e dados disponíveis, Kloetzel faz projeções nada animadoras:

*"A coisa não está para brincadeira. Com o aumento da radiação ultravioleta, também crescerá o risco de catarata, dos diferentes tipos de câncer de pele. Além disso – como não é somente o ser humano que é sensível a esse tipo de radiação -, já se pode prever uma queda na produtividade agrícola e no rendimento da pesca oceânica." (1998, p.52).*

Pode-se considerar a expansão demográfica ou a superpopulação mundial, que crescem de forma explosiva, como um outro grave indicador que representa riscos iminentes para a vida no planeta. A constatação, feita pelos cientistas que estudam as populações humanas, está assentada no

cruzamento de variáveis que relacionam o crescimento populacional, a capacidade de suporte e a noção de consumo como meta de construção social.

Segundo estudos da ONU (apud DIAS, 1998, p.152-153), a população mundial deverá crescer até que se estabilize ao redor de 10 bilhões de habitantes, entre 2050 e 2070. E cerca de 93% do aumento populacional deverá ocorrer nos países em desenvolvimento. Como decorrência, ampliam-se os problemas de saneamento e moradia nas grandes áreas urbanas, o que implica uma intensa pressão sobre os ecossistemas e os recursos naturais, constituindo-se numa importante questão ecológica e afetando milhões de pessoas.

No contexto atual, a humanidade já consome quase 50% da produção primária líquida da Terra<sup>10</sup>, o que já implica consideráveis impactos destrutivos. Mas com o progressivo aumento demográfico, os seres humanos precisarão consumir duas vezes a referida produção líquida mundial. Assim, o problema que se desenha diz respeito à possibilidade de o planeta sustentar essa demanda. Na opinião de Erickson:

“Será preciso um aumento de até dez vezes na atividade econômica mundial durante os próximos 50 anos para que se possa atender as necessidades humanas básicas – uma situação que a biosfera possivelmente não poderá suportar sem prejuízos irreversíveis.” (1992, p.200-201).

Importante esclarecer que a dilapidação dos recursos naturais, nesse quadro, não ocorre simplesmente em função do crescimento populacional, mas sim de forma associada à aspiração desde contingente aos objetos e serviços de consumo do mundo moderno, elevados à condição de ideal de vida, já experimentados pelos países mais desenvolvidos do planeta, cujo impulso ao consumo representa a apropriação de boa parte dos recursos da natureza e de suas fontes de energia.

<sup>10</sup> Especialistas acreditam que as populações humanas estão crescendo tão explosivamente e modificando o ambiente tão extensamente que vêm infligindo um impacto global de dimensões sem precedentes – possivelmente causando uma devastação maior do que a Terra jamais suportou.

No argumento que Jon Erickson apresenta, a atividade agrícola e apenas cerca de uma dezena de produtos fornece 90% de todo o alimento mundial, variedade esta propensa a doenças e infestações de pragas. O problema pode alcançar dimensões catastróficas, observa o consultor:

"A raça humana poderá ver-se mais perto da extinção quando a fome em massa resultar de safras agrícolas seriamente reduzidas em consequência de seca, infestação de pragas ou doenças." (1992, p.202).

A modernização da agricultura, com a introdução de novas técnicas ao mesmo tempo em que revolucionou o setor promovendo o aumento significativo da produção de alimentos, desencadeou uma série de desequilíbrios no meio ambiente, principalmente pelo uso maciço de agrotóxicos, para o controle de insetos, tanto como pragas ou como vetores de doenças, como, por exemplo, o DDT, os inseticidas fosforados, carbomatos, acaricidas, fungicidas, nematicidas, além dos compostos destinados ao controle de ervas daninhas, os herbicidas<sup>11</sup>.

Não obstante, a utilização indiscriminada de agrotóxicos vem afetando a flora e a fauna dos solos, destruindo a vida ali presente formada por bactérias, fungos, protozoários e insetos, entre outras formas, organismos responsáveis pela fertilidade do solo, contaminando, em grande quantidade, rios, lagos e mares, para onde são arrastados pelas chuvas, produzindo sintomas orgânicos nos seres humanos como distúrbios hormonais, síndromes nervosas e efeitos alérgicos, reduzindo a resistência da casca de ovos de aves, que são quebrados na tentativa de chocá-los, fenômeno que acaba sendo responsável pela extinção de várias espécies de aves em todo o mundo. E a repercussão da prática do uso descontrolado de agrotóxicos também chega a nossa mesa:

"Como resultado, cada grão, folha ou fruto ingerido pelo homem neste planeta contém uma dose desses produtos. A carne, o leite e ovos se acham igualmente contaminados, uma vez que os animais

<sup>11</sup> Adriane Lobo Costa realizou um estudo sobre a produção leiteira na zona rural do município do Rio Grande/RS, em que aponta a relação da produção de leite e o uso de venenos. Ver: *A produção leiteira e a educação ambiental: uma proposta pedagógica para extensão rural*. Rio Grande: FURG/MEA, 1999. (Dissertação de Mestrado).

que os produzem também ingerem vegetais submetidos ao mesmo tratamento." (BRANCO, 1988, p.66-67).

Ainda entre os graves indicadores que representam riscos para a vida no planeta, igualmente inclui os efeitos danosos da construção de grandes barragens.

As grandes barragens que viabilizam a obtenção de energia através de usinas hidrelétricas – forma de geração que não polui a atmosfera – podem causar graves impactos ambientais de outra ordem, dependendo do local onde se situam. Os impactos estão relacionados com a deformação geográfica – do rio e da paisagem – com a inundação e destruição de extensas áreas de vegetação, afetando a vida animal presente no local, prejudicando a piscosidade dos rios, pois inúmeras espécies de peixes não se adaptam às condições de represa.

Por vezes, o prejuízo na construção de uma barragem é tão significativo que anula os benefícios alcançados. É o caso, por exemplo, da represa Naser, construída no Egito. Apesar de ter aumentado o potencial elétrico e de contribuir para a diminuição da aridez da região,

*"(...) ela causou, no entanto, sérios transtornos à agricultura do rio Nilo, a jusante da barragem: os sais minerais que o rio trazia (...), fertilizando todo o vale até o seu delta, passaram a ficar retidos no leito da represa, o que tem obrigado os egípcios a usarem fertilizantes químicos em larga escala para sua lavoura de subsistência. Além disso, a pesca no Mediterrâneo, na região de desembocadura do Nilo, praticamente desapareceu." (BRANCO, 1988, p.49).*

Com a demanda mundial cada vez maior por energia, novas barragens serão construídas e, sem os devidos cuidados com a atenção ao conceito de planejamento de usos múltiplos de um rio ou região geográfica, outros tipos de impactos ambientais poderão surgir, comprometendo ainda mais a vida no planeta.

A sumária descrição dos indicadores mais contundentes que caracterizam a crise ambiental-ecológica, empreendida até aqui, já revela dados suficientes para se pensar na possibilidade de uma tragédia, resultando

mesmo na temerária e impendente destruição da vida no planeta. Júlio José Chiavenato reforça essa assertiva ao dizer que “a destruição do meio ambiente, o perigo que a Terra corre e o risco do homem desaparecer são verdades afirmadas por ecólogos de todas as correntes científicas e políticas” (1989, p.23).

Mas mesmo que a noção de apocalipse seja pesada demais para abordar o assunto, ainda assim continua sendo uma metáfora apropriada para se referir aos problemas ecológicos, porque hoje eles se apresentam como imediatamente explosivos.

Diante desse quadro, pintado com cores sombrias, que reflete a negligência e a voracidade com que o homem tem tratado a natureza, cabe avançar na reflexão no sentido de buscar uma compreensão do móvel do atual desequilíbrio ecológico.

A inquirição sobre a origem desse desequilíbrio ecológico-ambiental remete a uma concepção de natureza que foi sendo pensada enquanto recurso, num processo que começa a se configurar a partir da revolução tecno-científica dos séculos XVI e XVII e, ao mesmo passo, entrelaçado com o desenvolvimento do capitalismo e à ocidentalização do mundo.

Essa concepção de natureza marca, na verdade, o advento da modernidade, constituindo-se mesmo no centro do pensamento moderno e contemporâneo, e pode ser sintetizada numa frase de Descartes: “conhecer é nos tornarmos senhores e dominadores da natureza” (apud VESENTINI, 1989, p.10), noção que implicaria a consolidação da oposição homem-natureza, na separação radical entre espírito (aquilo que é exclusivamente humano – o cogito cartesiano) e matéria (a res externa, a coisa sem alma e consciência), na dicotomia sujeito-objeto, na separação entre o social e o natural. Em outras palavras, essa dicotomia ocidental, racionalista e capitalista, coloca de um lado o homem, enquanto ser produtor, criador e transformador, e do outro, a natureza, enquanto um



"(...) domínio a ser conquistado, explorado, submetido ao ritmo da produção – especialmente industrial, pois a fábrica viria a ser o protótipo das relações capitalistas." (Ibid.).

A rigor, a oposição homem-natureza é uma característica que está presente no pensamento ocidental já mesmo desde a Antiguidade Clássica e que, pouco a pouco, foi se tornando dominante na intrincada e complexa trajetória da História do Ocidente, em confronto com outras formas de pensamento e práticas sociais.

Pontuando, em traços grossos, a trajetória dessa visão que opõe homem à natureza, pode-se mencionar o seu provável nascimento com Platão e Aristóteles, que expressam "um certo desprezo pelas pedras e pelas plantas e (...) um privilegiamento do homem e da idéia" (apud GONÇALVES, 1990, p.30); mais adiante, a influência judaico-cristã e o aprofundamento da dicotomia homem-natureza e espírito-matéria, pois o cristianismo vai afirmar a perfeição de Deus em oposição à imperfeição do mundo material.

Todavia, no processo de construção do pensamento moderno, essa visão dicotomizada se aprofunda, implicando a consolidação da concepção de natureza enquanto recurso, ou seja, um meio para se atingir um fim. Em outra medida, o homem passa a ser visto como o centro do mundo, o sujeito em oposição à natureza. E a forma do homem penetrar nos mistérios da natureza se viabilizaria através do método científico, desvelando os seus segredos e utilizando-a para os fins que desejar.

À medida que o pensamento cartesiano, assentado no antropocentrismo e numa perspectiva pragmática utilitarista, foi tomando forma, ocorreu uma inter-relação dele com a ascensão progressiva do capitalismo. Isso significa dizer que, neste contexto de emergência de um novo pensamento, de novos tempos, da ciência moderna, enfim, da modernidade, o saber instrumental e racional foi decisivo enquanto mecanismo de domínio do homem (do social) sobre o natural, sem qualquer escrúpulo, pois, a essa altura, já estava afirmada a idéia de natureza dessacralizada, sem alma, natureza-morta, e que por isso mesmo poderia ser dividida, explorada, esquartejada.

Com o advento da civilização industrial inaugurada pelo capitalismo, a idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem-não natural e fora da natureza, cristaliza-se, a ponto de, ainda contemporaneamente, vingar essa concepção de natureza desumanizada e de natureza não-humana.

Esse novo significado atribuído à natureza, interligado intimamente ao modo de produção capitalista (o capitalismo evidencia a força dessas idéias ou o capitalismo é a base dessas idéias), viabiliza, portanto, a lógica do desenvolvimento econômico centrado na grande escala, na idéia de progresso enquanto produção sempre maior, às custas de uma despreocupação com a natureza, lógica marcada pelo produtivismo levado às últimas conseqüências.

Os indicadores da ruptura do equilíbrio ambiental, bem como os efeitos que desencadeiam, apontados e descritos a pouco, são evidências do conceito de natureza que tem vigorado, noção por onde tem perpassado, a rigor, o sentir, o pensar, o agir, o modo de produzir e viver da nossa sociedade.

A essa altura, acredito já ter sido possível não só construir um quadro evidenciando os principais indicadores da ruptura do equilíbrio ambiental e suas implicações, no que se refere à própria vida no planeta, mas também ter identificado a origem desses problemas.

Com relação à função atribuída a este capítulo, cabe ainda ampliar a reflexão intentando delinear, mesmo que panoramicamente, como ocorreu a emergência do movimento de preocupação com a questão ambiental, pontuando sua trajetória e situando-o nos quadros da sociedade atual, no contexto dos novos movimentos ecológicos e dos novos movimentos sociais.

O advento do capitalismo e a emergência de uma nova ordem econômica, atreladas visceralmente a uma cultura assentada na exploração da natureza e no consumo desenfreado e compulsivo, ao mesmo passo que se consolidava enquanto uma visão de mundo que situa a sociedade em oposição a natureza e “nessa perspectiva, funda uma série de paradigmas e

valores culturais que conferem ao ser humano um estatuto de superioridade que legitima a condição de domínio do ser humano pela natureza” (GONÇALVES, 1990, p.43), é acompanhado pelo surgimento de um movimento de denúncia e reação aos efeitos dessa nova ordem que ia gerando uma contra-face preocupante: a degradação ambiental. Esse movimento de reação está vinculado, contemporaneamente, ao chamado “novos movimentos sociais”, manifestando-se, de forma particular, através dos movimentos ecológicos.

Nas suas raízes, esse movimento de reação identificava-se com o surgimento “das chamadas novas sensibilidades para com a natureza, a partir do século XVIII, na Inglaterra” (CARVALHO, 2000, p.56) e nas “idéias de valorização do mundo natural selvagem (Wilderness) nos Estados Unidos, principalmente no século XIX” (Ibid.).

A caótica realidade que então se configurava nas cidades que se industrializavam e a crescente degradação ambiental que acompanhava a nova ordem burguesa e mercantil, motivou uma aguda percepção desses problemas na época e, em decorrência, o surgimento de um sentimento ao mesmo tempo estético e moral “de valorização da natureza selvagem, não transformada pelos homens” (Ibid.).

No livro *O Homem e o Mundo Natural* (1988), o historiador Keith Thomas aborda aprofundadamente essa questão. Ele aponta, no contexto de consolidação da ordem capitalista, essas preocupações ecológicas ou conservacionistas, então justificadas tanto a partir de critérios religiosos como científico-utilitaristas ou mesmo artísticos. Nas palavras do historiador:

“A idéia atual do equilíbrio da natureza teve, portanto, base teológica antes de ganhar fundamento científico. Foi a crença na perfeição do desígnio divino que precedeu e sustentou o conceito da cadeia ecológica, sendo perigoso remover qualquer um dos seus elos. A argumentação do desígnio continha forte implicação conservacionista, pois ensinava que mesmo as espécies aparentemente mais nocivas serviam a algum propósito humano indispensável. No século XVIII, a maior parte dos cientistas e teólogos defendia, coerentemente, que todas as espécies da criação tinham um papel necessário a desempenhar na economia

da natureza. Ao mesmo tempo, alguns deles estavam mais e mais conscientes de que a perseguição do homem realmente podia eliminar espécies particulares, possibilidade essa que as gerações anteriores sempre haviam negado (...) Boa parte dos escritos setecentistas contrários à crueldade para com as aves selvagens tinha caráter nitidamente antropomórfico. Os poetas lamentavam a aflição da ave-mãe cujos ovos eram roubados por escolares maldosos, ou cuja prole era exterminada por esportistas impiedosos." (THOMAS apud VESENTINI, 1989, p.29-30).

O sentimento ecológico conservacionista, portanto, vai se constituindo pouco a pouco, ao passo que o próprio modelo capitalista deixava marcas cada vez mais profundas dos seus efeitos. Mas o período que se segue após a Segunda Guerra Mundial representa um marco nessa trajetória. A perplexidade da humanidade diante da tragédia de Hiroshima e Nagasaki e a percepção da capacidade de autodestruição reforçou o sentimento de consciência ecológica, ou da crise ecológica. Nesse momento, o movimento constitui-se no contexto da era nuclear, da corrida armamentista, da difusão das multinacionais em todas as partes do globo, da nova divisão internacional do trabalho.

No entanto, o movimento ecológico vai emergir de forma autônoma a partir da década de 60. À época, um conjunto de transformações extremamente significativas iria atravessar o tecido social por todos os lados e, como consequência, acabariam colocando em questão todas as dimensões da vida humana na sociedade burguesa moderna. De certa forma inesperados e não previstos, emergiram movimentos ligados a lutas civis como, por exemplo, o movimento pelos direitos dos negros, das mulheres, contra a Guerra do Vietnã e pela contracultura, que representaram, nessa década, formas embrionárias de lutas e reivindicações novas, que iam adquirir contornos mais definidos ao longo da década seguinte, gerando o que a literatura especializada trata como os novos movimentos sociais.

Esses novos movimentos sociais vão colocar em cena um novo tipo de sujeitos e agentes, novos tipos de conflitos, novos tipos de espaços políticos em que estes se desenvolveram. E na esteira dessa profusão de movimentos de crítica não só ao modo de produção capitalista, mas principalmente em

relação ao modo de vida e à situação concreta e cotidiana dos jovens, das mulheres, das minorias étnicas, exigindo mudanças dessas condições, emerge o movimento de feição político-ecológica, que passa a levantar bandeiras e desenvolver lutas em torno de questões das mais diversas, do problema da extinção de espécies à corrida armamentista, da urbanização desenfreada aos diferentes tipos de poluição.

Pouco a pouco, o movimento ecológico passa a incorporar lutas e reivindicações de várias ordens, no campo do agir humano. Enquanto movimento social, leva a fundo a crítica aos valores instituídos, questionando as condições de vida.

O desafio da renovação e de novas perspectivas, às vezes chamadas de "alternativas", como a perspectiva da vida alternativa, é uma das conseqüências à crítica que se fazia ao modelo capitalista e à cultura que produzia. E, à medida que os movimentos ecológicos colocavam em debate a questão da própria vida, ameaçada pela destruição da natureza, alguns grupos retornavam à vida no campo constituindo Comunidades Alternativas, como as eco-comunidades, como forma de romper com os modelos e os valores instituídos. A partir de meados da década de 60, espalharam-se experiências comunitárias baseadas numa pregação antiautoritária, na crítica ao imperialismo, atenta à luta do Terceiro Mundo e defendendo uma educação não repressora, mas também preocupados com a subjetividade humana.

Nos anos que se seguiram à década de 60, a discussão sobre a consciência ecológica estendeu-se consideravelmente, ganhando variadas matizes, indo dos estudiosos da questão ambiental aos militantes ecologistas.

O movimento ecológico contemporâneo, enquanto movimento político e cultural, apesar de apresentar-se difuso, conflui na idéia de defender uma outra relação do homem com a natureza, propondo um novo *modus vivendi*, uma outra cultura. Entende que a defesa do planeta, da biosfera, de uma vida ecologicamente mais saudável é uma bandeira de luta que interessa a toda a humanidade.

A construção de um outro modelo de sociedade acabou assumindo múltiplas formas de atuação e organização, partindo mesmo de suportes conceituais e práticas diversas.

No que tange particularmente ao eco-comunitarismo, a idéia tem se constituído enquanto um campo de possibilidades, sendo vislumbrado como perspectiva de uma nova experiência civilizacional que não ameace a vida no planeta – incluindo a própria espécie humana –, que não comprometa o futuro das próximas gerações, questões estas que estão colocadas hoje para a sociedade, como ficou demonstrado pelos indicadores dos problemas ecológicos esboçados linhas atrás.

O tema vem gerando reflexões e análises críticas a partir das experiências que se espalham pelo mundo afora. A título de ilustração, pode-se apontar a obra *Ecologie et Politique* (1978), de Gorz e Bosquet, que analisam eco-comunidades enquanto experiências inovadoras em pequena escala; o livro *Ética de La Liberación* (2000), de Sírio Lopez Velasco, que trata o mote numa dimensão utópica; o artigo de Viola, inserido na coletânea publicada com o título *Ecologia & Política no Brasil* (1987), que apresenta um levantamento das inúmeras nuances dentro do ecologismo de esquerda no Brasil.

É possível, igualmente, apontar algumas das experiências dentro do movimento eco-comunitário alternativo. Na Escócia existe a Comunidade Findhorn. Na França e Alemanha, esses grupos são numerosos. Também nos Estados Unidos, o movimento cresce rapidamente; são comunidades rurais, algumas de cunho eco-espiritualistas, outras eco-políticas, muitas já auto-suficientes. Outras grandes comunidades são a The Farm e a Easelen.

O grupo comunitário The Farm pratica a alimentação e a medicina alternativas, estendendo essa inclusive, gratuitamente, às pessoas que não pertençam à comunidade. Também editam e disseminam informação. A comunidade produz todos os produtos que consomem e a cozinha funciona coletivamente. Constroem sob a forma de mutirões e utilizam-se da energia natural. A administração é feita por um conselho tribal composto por 25

peçoas, que representam as diversas áreas de atividades da comunidade. Também possui o seu próprio sistema escolar.

No Brasil, as experiências eco-comunitárias são inúmeras e já conseguem agrega-se em torno de uma associação representativa, a ABRASCA (Associação Brasileira das Comunidades Alternativas) que, mais do que congregar, assumiu o papel de divulgar o eco-comunitarismo, utilizando-se principalmente o jornal Comum-Unidade como veículo.

Os pólos ecológicos no Brasil estão constituídos a partir da idéia do estabelecimento de centros geopolíticos de convergência, ou seja, diferentes pontos que, interligados, formam um grande centro irradiador, pensado estrategicamente como forma de dar força ao movimento eco-comunitário à medida que as pessoas que se integram aos pólos se articulem, passando inclusive a participar e a interferir na vida política dos diversos municípios onde estão situados, no sentido de impulsionarem mudanças estruturais.

Esses pontos de convergência estão assim constituídos:

- a) Sul de Minas Gerais, no entorno do município de São Lourenço – situado estrategicamente próximo ao eixo Rio-São Paulo-Belo Horizonte;
- b) Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, a nordeste de Cuiabá;
- c) Chapada dos Veadeiros, em Goiás;
- d) Chapada Diamantina, no norte da Bahia;
- e) Casemiro de Abreu, no Rio de Janeiro;
- f) Brasília;
- g) Serra do Roncador, no Mato Grosso. Fora dos pólos de convergência, também estruturaram-se outras comunidades ecológicas, como a Colônia Wallachey, em Novo Hamburgo, no RS, bem como em outros pontos do país.

Na América do Sul, em particular na Bacia Platina, destacam-se duas experiências: a *Comunidad del Sur*, em Montevideu, no Uruguai, e a *Comunidad La Nueva*, em Buenos Aires, Argentina.

A experiência cooperativa ecológica integral da *Comunidad del Sur*, enquanto prática inovadora que oferece de fato alternativas a serem pensadas na escala de uma sociedade mais ampla, constitui-se no objeto particular desta pesquisa.

No entanto, uma tarefa se impõe necessariamente antes mesmo da busca de apreensão dos objetivos que pretendemos particularizar. Trata-se de construir uma reflexão mais ampliada sobre a emergência do paradigma das novas perspectivas, denominadas "alternativas", a partir da confluência dos temas alternativos, dos novos movimentos sociais, com os quais a experiência da *Eco-Comunidad del Sur* inescapavelmente se entrelaça. Esse é o foco da atenção no capítulo que segue.



### Sociedade Alternativa

Viva, viva, viva a sociedade alternativa  
Se eu quero e você quer  
Tomar banho de chapéu  
Ou discutir Carlos Gardel  
Esperar papai Noel  
Faze o que tu queres  
Pois é tudo da lei  
Todo homem e toda mulher  
É uma estrela  
Todo homem tem direito  
De trepar na árvore  
Quando quiser comer os frutos da terra  
O número 666 chama-se Aleister Crowley  
Viva o Novo Aeon  
A 3ª raça da civilização do futuro.

Raul Seixas/Paulo Coelho (b)

O paradigma das novas perspectivas<sup>12</sup> começa a tomar forma a partir do final da década de 60, momento em que emerge no cenário social a constituição de movimentos sociais que, pela sua originalidade, os esquemas interpretativos passaram a denominar de novos movimentos sociais.

---

<sup>12</sup> Devemos salientar que ao tratarmos do paradigma das novas perspectivas no contexto desta pesquisa, estamos atrelando-o, particularmente, aos movimentos de contestação que se constituíram a partir da década de 50, bem como ao surgimento dos Novos Movimentos Sociais, que adquiriram contornos mais precisos já a partir do final da década de 60. Ao longo da história da humanidade, é recorrente a busca de uma forma diferente de ser e de fazer as coisas. Na nossa leitura, essa questão está intimamente ligada ao conceito de utopia. Desde a Antiguidade greco-latina, verifica-se, predominantemente, a produção de utopias otimistas. A *República* de Platão é tão perfeita como uma estátua de Fídias. Funciona mentalmente como uma engrenagem sem índice de atrito. A *Utopia* de T. Mor é concebida sob os signos de um humanismo cristão. A *Cidade do Sol*, de T. Campanella, é uma concepção quase pitagórica. Já F. Bacon, intervém uma tecnologia ainda inexistente no seu tempo para criar *A Nova Atlântida*. No século XX, a imensa maioria das utopias que se elaboram são francamente pessimistas, como por exemplo: *Admirável Mundo Novo* (Huxley); *Fahrenheit 451* (Bradbury); *1974* (Orwell).

A originalidade desses movimentos reside num viés crítico não exclusivamente direcionado ao modo de produção capitalista, mas ao modo de vida, colocando em

“(...) questão todas as dimensões da vida humana na sociedade burguesa moderna, atacando tanto as instituições que a sustentam como aquelas outras que pretendem contestá-la (as organizações tradicionais de esquerda).” (BRUNI, 1988, p.26).

O surgimento desses novos movimentos sociais estava atrelado a uma série de transformações extremamente significativas que se verificavam na sociedade. O móvel da ação transformadora que inspirava esses movimentos era o desejo de buscar novas formas de sociabilidade. E eles passaram a brotar por todos os lados: o movimento das mulheres, os movimentos sociais urbanos, os movimentos ecológicos, as novas experiências do movimento operário, o movimento homossexual e o das rádios-livres, entre outros, atravessavam a sociedade.

É possível situar os novos movimentos sociais como herdeiros de uma tradição de contestação aos valores constituídos, que tomam forma já a partir da década de 50. Por isso, remontaremos brevemente àquele contexto histórico-cultural, procurando acompanhar seus desdobramentos, com o propósito de levantar subsídios para estabelecer as vinculações existentes.

A onda de contestação que se espraiou a partir da década de 50 visava a questionar a ordem vigente e atingia, igualmente, as formas mais tradicionais de oposição a essa mesma ordem dominante. Mas como se caracterizava essa sociedade em que os movimentos de contestação iriam emergir? E em que premissas estavam assentadas a ação dos movimentos de oposição ao poder instituído?

O sociólogo Carlos Alberto Messeder Pereira, no livro intitulado *O que é contracultura* (1983), busca pontuar as marcas dessa sociedade, assinalando que ela se caracteriza pela presença de uma indústria altamente avançada, aliada a uma razoável afluência, viabilizando um consumismo sempre renovado e instituindo um sistema essencialmente massificante. Refere-

se o autor a uma sociedade do tipo tecnocrática voltada para o processo permanente de modernização, racionalização e planejamento, valorizando muito mais os aspectos técnico-rationais do que os sociais e humanos, referendando a crença na objetividade do conhecimento científico e privilegiando a palavra do especialista, o intérprete autorizado do discurso da tecnologia, da produtividade e do progresso. É uma sociedade marcada pela tecnocracia, gerando um sistema altamente repressivo e massificante, afirmando-se como um imperativo cultural incontestável e indiscutível, ao qual se renderia boa parte da população mundial.

Naquele momento, a oposição à ordem e aos valores institucionalizados se dava através de formas políticas mais tradicionais, ou seja, principalmente através de partidos políticos, do movimento operário então dominante (social-democrata e leninista), que tinham um outro projeto de sociedade e que, para colocá-lo em prática, seria necessário tomar o poder e exercê-lo, instituindo outros valores à semelhança daquela idéia que insistia na “missão histórica do proletariado que, uma vez vitorioso sobre a burguesia capitalista, resolveria então todos os problemas cotidianos” (GONÇALVES, 1990, p.12).

Nos Estados Unidos, na Europa e com menor intensidade e repercussão na própria América Latina, começaram a florescer manifestações culturais novas que não buscavam mais, “pelo menos no caso dos países capitalistas desenvolvidos, (...) acabar com a miséria e a exploração que caracterizaram o desenvolvimento capitalista no século XIX e primeira metade do século XX” (Ibid., p.11), mas que procurava colocar em xeque não só a cultura oficial, prezada e defendida pelo sistema, mas também a estrutura de pensamento que prevalecia nas sociedades ocidentais como, por exemplo, o predomínio da racionalidade científica.

Como já apontamos no capítulo anterior, a busca da vida alternativa, não ligada aos interesses ou tendências dominantes, emerge enquanto perspectiva em meados do século XX, surgindo como uma das conseqüências à crítica que se fazia ao modelo capitalista e à cultura que produzia.

A perspectiva da vida alternativa apresentava-se, portanto, como uma forma de questionamento das condições presentes de vida, da cultura predominante gerada pelo *ESTABLISHMENT*, valorizada pelo *status quo*. Mas, a rigor, o que significava este “outro modo de vida”? A resposta a essa pergunta é simples só aparentemente. De um lado, porque ela refere-se a experiências diferenciadas ou a definições conceituais que oscilam de um nível mais rigoroso a um mais flexível. De outro, porque este “outro modo de vida”, só pode ser apreendido a partir de um contraponto com o modo de vida predominante. E é a partir dessas duas referências que buscaremos esboçar alguns parâmetros para atribuir significados àquela expressão.

A perspectiva da vida alternativa começa a se construir a partir do princípio da crítica à sociedade de produção em massa, de consumo, à noção de trabalho e de produção cultural fundadas pelo capitalismo; crítica aos valores que sustentam o sistema vigente, como a premissa da produtividade, da competição, do conformismo, e dos seus sub-produtos, entre os quais o individualismo, o egoísmo; crítica à “irracionalidade do capitalismo, sistema em que as coisas acabam sendo mais importantes do que as pessoas” (GABEIRA, 1985, p.22).

Essa crítica ao sistema emanava do interior do próprio sistema, originando-se nos Estados Unidos e na Europa, inicialmente, e estendendo-se posteriormente a vários outros países fora do mundo desenvolvido, gerando um movimento catalisador e questionador propalado por intelectuais e por jovens das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos. Criticavam e rejeitavam aquela sociedade mercantilista, adjetivada de corrupta e hipócrita. Questionavam a ordem social baseada na competitividade entre os homens e entendiam o poder como um mal que corrompe; levantavam bandeiras contra os Estados totalitários e suas ditaduras e contra os falsos revolucionários que lutam pelo poder para tomá-lo e usá-lo no sentido de uma pretensa transformação social. Desejavam transformar o poder, humanizando-o, construindo novas formas de organização, de autogestão não-autoritárias. Defendiam a idéia de que o Estado não poderia ser um agente de mudanças,

mas justamente o inverso, uma vez que impede e combate as transformações criadoras, pelo seu gigantismo, pela sua burocracia e pelo papel que exerce na manutenção da ordem vigente. Apostavam numa transformação social construída de baixo para cima, na consolidação de novos valores e comportamentos, na emergência de uma nova experiência social capaz de enterrar o “maldito” e apodrecido Leviatã.

Esse discurso crítico, aqui caracterizado rapidamente, permeava as poesias, revistas, letras de músicas, palavras de ordem, grafites, panfletos, e várias outras formas de manifestação, figurando mesmo como uma espécie de “crítica selvagem” – e talvez não tão sistemática – à sociedade e à cultura capitalista.

No bojo desse discurso crítico contra o sistema vigente, apareciam evidências deste “outro modo de vida” que se desejava alcançar. Essa outra possibilidade era vivida a partir do desejo de construção de uma sociedade cujos valores fundantes (principais) estivessem assentados na igualdade e fraternidade humanas, que se materializassem numa economia que levasse em conta as pessoas, capaz de elaborar e colocar em prática projetos econômicos alternativos aplicados às condições específicas de cada região e, conseqüentemente, respeitando a diversidade étnica e cultural.

Significava também a adoção de mecanismos ou estratégias que envolvessem todos os indivíduos na participação efetiva do equacionamento de problemas que os afetassem. Ressaltava o respeito à alteridade, garantindo a individualidade das pessoas dentro do coletivo. Referia-se ao afastamento em relação às instituições estatais, afirmando a liberdade plena dos indivíduos. Este outro modo de vida implicaria, igualmente, a luta pelo desarmamento, a defesa do meio ambiente, a ajuda mútua, as decisões comunitárias baseadas no consenso, a supressão do poder, o que envolveria formas de organização autônoma.

Constituía-se na intenção de uma nova forma de vida que viabilizasse uma saída para a crise existencial, espiritual, econômica, social e política, a que a humanidade teria chegado. Uma vida alternativa que não

promovesse a ruptura entre o interior e o exterior das pessoas, o individual e o coletivo, voltada essencialmente para transformação da consciência, dos valores e das atitudes, em busca de novos espaços e novas formas de expressão individual, levando em conta as questões cotidianas. Significava a tentativa de politizar radicalmente todas as dimensões da vida social, como meio de transformar, num sentido revolucionário, desde as mais simples relações de trabalho e de família até a estrutura econômica e mesmo de ensino.

Entrementes, uma conformação mais consistente sobre os significados do dito "outro modo de vida" exige um esforço adicional, ou seja, identificar ou refletir, mesmo que em traços grossos, no contexto histórico-cultural que tem lugar a partir de 1950<sup>13</sup>, sobre as experiências da perspectiva alternativa que se forjaram.

Essa perspectiva alternativa, como é possível depreender pelos argumentos que foram expostos anteriormente, sugere a idéia de algo situado FORA da ou CONTRA a cultura oficial. E a ilação procede à medida que essa outra possibilidade se fundamenta numa recusa dos valores, hábitos e práticas gerados pela cultura dominante. Era denegar a sociedade industrial, consumista e um sistema essencialmente massificante. Nas palavras de Pereira,

"(...) trata-se, na verdade, de uma sociedade tecnocrática voltada para a busca ideal de um máximo de modernização, racionalização e planejamento, com privilégio dos aspectos técnico-rationais sobre os sociais e humanos, reforçando uma tendência crescente para a burocratização da vida social. Tudo isso, por sua vez, apoiado e referendado pelo dogma da ciência, ou melhor, pela crença absoluta na objetividade do conhecimento científico e na palavra do especialista, o intérprete autorizado do discurso da tecnologia, da produtividade e do progresso." (PEREIRA, 1983, p.28-29).

A recusa dizia respeito, portanto, à cultura de natureza tecnocrática, tomada como padrão referencial e assimilada por boa parte da

<sup>13</sup> A década de 50 é significativa por ter desencadeado movimentos de contestação ao *establishment*, como o movimento da contracultura e outros, que iriam gerar a busca pela vida alternativa.

população mundial, na maioria das vezes, sem mesmo que tenha tido a consciência disso.

As decorrências do após Segunda Guerra Mundial alimentaram esse sentimento de recusa. Referimo-nos, por exemplo, à ascensão dos Estados Unidos à condição de sociedade afluyente, tecnocrática, materializando-se, culturalmente, “na afirmação do *american way of live*, um estilo de vida exportado com razoável sucesso para o mundo inteiro” (Ibid., p.26-27) ao perigo iminente de um conflito nuclear na esteira da Guerra Fria entre as duas grandes potências de então, Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, e, como implicação, a presença permanente do medo e da insegurança, o sentimento de desencanto com o modo de vida predominante e inclusive com as possibilidades colocadas pela esquerda tradicional.

O cenário desse movimento de contestação que ia se constituindo foi, inicialmente, os Estados Unidos, chegando à Europa e espraiando-se, naturalmente, por diferentes partes do mundo. O seu principal protagonista,

“(...) era exatamente a juventude das camadas altas e médias dos grandes centros urbanos que, tendo pleno acesso aos privilégios da cultura dominante, por suas grandes possibilidades de entrada no sistema de ensino e no mercado de trabalho, negava esta cultura de dentro (...)” (Ibid., p.23).

Mas é importante lembrar que a juventude encarnava o intérprete principal desse movimento, mas não exclusivo, ao passo que conseguia estabelecer alianças com grupos de contestação, às vezes muito diversos.

Por sua vez, o foco da contestação se dava no espaço privado e íntimo da família, mas também

“(...) acontecia na escola, nos *Campi* universitários, na música, nas movimentações de rua, em grandes movimentos sociais, enfim, em todos os lugares e/ou instituições onde sua presença se fazia notar.” (Ibid., p.25).

As evidências desses movimentos de contestação aparecem na década de 50, já no conceito de juventude transviada que se difundia, no

aparecimento do *rock and roll*, tipo de música que expressava o descontentamento e a rebeldia da juventude. Nesse contexto, a noção de antiintelectualismo vai se desenvolvendo pouco a pouco e tornando-se visível na sociedade americana. A inspiração desse conceito remonta, provavelmente, à geração existencialista que surge na França, com Sartre, Camus, entre outros<sup>14</sup>.

O antiintelectualismo resulta no aparecimento de um fenômeno conhecido como movimento *beat* ou *beatniks*. Os estudiosos que tratam do assunto reconhecem que o movimento *beat* teve como gesto primogênito a desobediência espontaneamente organizada. É o que diz, por exemplo, Carlos Tavares (1985, p.16). Sua origem está vinculada ao desencanto com o mundo, em função das instituições e valores estabelecidos na sociedade norte-americana, onde os intérpretes dessa frustração não se identificavam como soldados e nem como jovens empresários, muito menos acreditavam em empregos formais.

A tradição *beat* constitui-se inicialmente a partir de um grupo de amigos, uma geração de escritores e poetas, para só depois transformar-se num movimento. Integraram o grupo nomes como Jack Kerouac<sup>15</sup>, Carl Solomon<sup>16</sup>, Kenneth Rexroth<sup>17</sup>, Lawrence Ferlinghetti<sup>18</sup>, Allen Ginsberg<sup>19</sup>, William Burroughs<sup>20</sup>, entre outros.

O termo "*beat*", criado por Kerouac, tem uma dupla significação. Num sentido, refere-se a desapatamento (com a sociedade, por exemplo). Noutra, beatificado ou sagrado (a tentativa de resgatar a santidade dos

<sup>14</sup> Em traços grossos, podemos dizer que a doutrina característica do existencialismo é de liberdade humana radical. Defende a concepção de que nos relacionamos com o mundo de forma intencional, bem como a premissa de que nossas decisões não levam em conta quaisquer fundamentos objetivos, conclusivos. Os homens seriam totalmente responsáveis por suas ações. Coloca o universo neutro do cientista como uma abstração artificial.

<sup>15</sup> Escritor. Adiante, no texto, fazemos algumas breves considerações sobre o seu trabalho.

<sup>16</sup> Foi um dos mais obscuros intelectuais da geração *beat*. Solomon desistiu cedo da literatura, deixando apenas escritos dispersos, poemas e fragmentos de ensaios que, no entanto, revelam uma visão de mundo singular, visão de um homem que chegou a ser interno de um hospício. O livro *De repente, acidentes* reúne toda a sua produção literária.

<sup>17</sup> Entre os da sua geração, foi um dos que tentou integrar o budismo com a religião; dedicou-se à cultura japonesa. Ver os seguintes títulos: *One Hundred Poems From the Japanese*; *One Hundred More Poems From the Japanese*.

<sup>18</sup> Escritor. Publicou novelas e poesias, sendo responsável por viabilizar a publicação de obras de muitos outros escritores. Provavelmente, o livro *A Coney Island of the Mind* é um dos mais representativos da sua obra.

<sup>19</sup> Escritor. Adiante, no texto, detalhamos de forma breve as principais características do seu trabalho.

<sup>20</sup> Escritor. Compulsivo adicto de drogas (morfina e heroína). A partir de 1950, passou a escrever sobre suas experiências com as drogas, vício e o subconsciente, publicando inúmeros livros. Seu estilo surrealista e suas descrições feitas como sonhos, aliado com as experiências impressionantes que teve, deram a seu trabalho um caráter único e fascinante. O livro de maior repercussão foi a novela *Naked Lunch* (Almoço Nu), que o tornou conhecido, famoso e notório como autor controverso.



oprimidos, como explicava Kerouac). Já a palavra "beatnik", origina-se da fusão de *beat* (referindo-se à batida das músicas de jazz) com *Sputinick* – (a nave soviética lançada ao espaço nos anos 50). Daí, na busca de sentidos do termo como referência a um movimento de contestação, podemos inferir que os poetas e escritores *beat* eram como que foguetes criativos em contraste com a "carece" dos Estados Unidos, no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial.

Em síntese, as idéias e as práticas do movimento *beat* estavam apoiadas em noções do tipo "desengajamento em massa" e "inércia grupal". Declaravam-se neuróticos. O grupo de Kerouac, inclusive, editava uma revista denominada NEURÓTICA, que estampava a seguinte chamada: "uma revista neurótica para neuróticos" (TAVARES, 1985, p.16). E ainda segundo Tavares (Ibid.), iniciaram-se nas práticas orientais, particularmente com o culto ao zen budismo (busca das práticas e valores orientais como oposição à lógica capitalista-racional do ocidente); passaram a usar substâncias alucinógenas, maconha e peiote, para alcançar outros estados de consciência (o *beat* Burroughs tornou-se um adicto forte das drogas, relatando posteriormente essas experiências em diversos livros publicados); começaram a deixar cabelos e barbas crescerem e adotaram o uso de jaqueta de couro na cor preta.

A produção literária de dois dos mais significativos representantes da tradição *beat*, Ginsberg e Kerouac, expressa o sentido dado ao movimento.

Allen Ginsberg, ao escrever e publicar o poema intitulado *HOWL* (Uivo, em português), buscou expressar, através de uma poderosa composição, o drama, os dilemas e a angústia vivenciada por essa geração, cuja busca por um outro modo de vida passava, com freqüência, pela dor da loucura e pelos corredores de hospitais psiquiátricos. Declarava o poeta: "Vi as melhores cabeças da minha geração destruídas pela loucura" (GINSBERG apud PEREIRA, 1983, p.33-34).

Jack Kerouac, autor de "*On The Road*" (s.d.), a bíblia do movimento, declarou que foi *beat*, batendo contra o governo, contra a polícia

e contra toda e qualquer manipulação do *establishment*<sup>21</sup>, e dizia honrar a classe baixa, os oprimidos. E, de fato, nessa sua obra, e em outras escritas, esse tema é recorrente, como ao falar de vagabundos e caminhoneiros solitários.

O movimento *beat*, ao rejeitar os padrões instituídos, proclamava o seu amor pela liberdade irrestrita, tanto nas formas literárias quanto no estilo de vida. Nos espaços que ocupavam, celebravam a vida em todas as suas dimensões e, à sua maneira, abrindo os olhos do mundo para o não-convencional, trazendo à tona a temática da vida alternativa.

Contemporaneamente ao movimento *beat* surge, também nos Estados Unidos, um outro fenômeno de contestação, os *hipster*. O próprio significado do vocábulo já nos remete à sua natureza. *Hipster* significa "aqueles que conhecem, que estão por dentro", que se opõem aos *Square*, ou seja, "os caretas", "os quadrados", aqueles ajustados ou conformados com o sistema.

Segundo a literatura que trata do tema da contracultura, os *hipsters* representariam um grupo mais politizado, que se rebelam efetivamente contra as modernas sociedades tecnocráticas, negando-a violentamente.

Norman Mailer é quem, ao publicar a artigo *The White Negro: superficial Reflections on the Hipster* (apud PEREIRA, 1983, p.36), no final da década de 50, vai colocar a temática na agenda das discussões da época. O romancista compara o estado de espírito *hipster* à condição do negro americano que, marginalizado, "se vê obrigado a manter sempre uma atitude de rebelião, uma vez que está constantemente exposto ao perigo" (Ibid.). Diante da consciência dos terrores da vida, a atitude *hipster* era de alerta e revolta.

Carlos Alberto Pereira, ao referenciar o texto de Mailer, esboça alguns aspectos da condição *hipster*. Diz ele:

"O que Mailer admirava no *hipster* era sua disposição de aceitar o desafio "de se desligar da sociedade, de existir sem raízes, de empreender essa viagem sem rumo pelos rebeldes imperativos do

<sup>21</sup> Movimento Beat. Disponível em: <http://www.puccamp.aleph.com.br/beat/precer.htm>. Acesso em 19.set.2002.

ego. (...) É, assim, neste sentido, que aquela forma de 'delinqüência juvenil' atualizada pela atitude *hipster* estava "desafiando o desconhecido." (1983, p.36).

Repetia-se, assim, o descontentamento e a revolta contra o *statu quo* e o desejo da construção de uma outra perspectiva de vida, sem saber exatamente o que a definiria, mas, antes de tudo, teria de ser diferente, alternativa ao que estava dado.

Esse movimento de contestação amplia-se para além de seus focos principais, São Francisco, Chicago e Nova Iorque, e desembarcam na Europa, ganhando as ruas de Londres, Paris e outras cidades européias, influenciando também outros cantos do planeta. Era uma contestação de cunho existencial e anárquica, desejando transformar a consciência e forjar novos valores, atitudes e comportamentos, mais ligados ao indivíduo e as questões do dia-a-dia.

Igualmente, os ventos dessa contestação ganhavam força no campo da produção teórica, em torno de obras que buscavam desvendar a nova realidade das sociedades tecnocráticas, ou que se esforçavam em compreender fenômenos como a dominação, a repressão, a alienação – para mencionar alguns –, ou para refletir sobre as possibilidades de transformação social radical nas modernas sociedades industriais, escritas por nomes como Herbert Marcuse<sup>22</sup>, C. Wright Mills<sup>23</sup>, entre os mais conhecidos. Publicações alternativas e radicais também ajudavam a manter a chama do descontentamento, da contestação, da intenção de criar um outro mundo.

Do estado de espírito e atitude *hipster* aos textos de apologia à transformação radical da sociedade, ia se renovando o mote da vida alternativa.

Naquele cenário, a forma tradicional de oposição política ao modelo social vigente, a chamada esquerda, enfrenta o desconcerto e sofre

<sup>22</sup> Referimo-nos, principalmente, aos seguintes títulos:

- *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

- *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- *La Fin da L'Utopie*. Paris: Combats.

<sup>23</sup> Destacamos, no conjunto da sua obra, o seguinte título:

- *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

profunda fissura diante da falência da Revolução Proletária e pela constatação dos (des)caminhos do socialismo real. Desse processo, nasce uma Nova Esquerda, alicerçada na concepção de que a política é feita de envolvimento pessoais e a partir de situações cotidianas concretas. Essa nova versão de esquerda vai inspirar e agregar-se às forças de contestação social emergentes.

No início da década de 60, a onda de descontentamento vai se renovar com o surgimento do movimento *hippie*<sup>24</sup>, herdeiro, a rigor, de toda aquela tradição, rejeição e desejo de transformação que o antecede. Posicionava-se contra uma sociedade extremamente industrializada e puritana; rejeitava a condição material como valor moral determinante. Propalava uma nova ordem pela inversão da relação homem-sociedade. Leila Hakin, no livro *Conspiração Aquariana no Brasil e no Mundo* (1978), é quem aponta essa questão:

“Todos os movimentos políticos tradicionais partiam do princípio de que a sociedade era a justificativa para a existência do homem (...) o hippismo inverteu o processo; o homem era a única justificativa para a existência da sociedade.” (p.36).

Ainda como fundamento de seus valores e práticas, é importante salientar que o movimento *hippie* pregava o amor acima de tudo (*Make Love not War*); embalava-se ao som do rock; utilizava as drogas como forma de vivenciar outros estados de consciência e como forma de buscar o caminho espiritual e do autoconhecimento, de procurar outras formas para alcançar uma consciência maior, a verdade; defendia a alimentação macrobiótica, o vegetarianismo, crudivorismo, frugivorismo; tratava da saúde com técnicas homeopáticas e terapias alternativas; passara a valorizar a vida comunitária, tanto na cidade quanto no campo, como forma alternativa de organização social. A primeira, surgiu no bairro Haight-Ashbury, em São Francisco. Uma segunda, forma-se em East Village, em Nova York. E muitas outras

<sup>24</sup> Na literatura especializada, encontramos diversas interpretações sobre o movimento *hippie*. Entre elas, a que entende o movimento no contexto da dinâmica de renovação da própria sociedade: o fluxo a partir das contradições, das tensões. Nesse sentido, o movimento contesta, inova, quebra valores arraigados (ancorados já no passado), e nesse mesmo percurso progressivo é incorporado ao ritmo da sociedade (modificado).

comunidades começam a se formar, às centenas; procuravam vivenciar o contato mais direto com a natureza.

O movimento foi forte ao longo dos anos 60, amalgamando-se com outras inúmeras forças emergentes, estendendo-se mesmo aos anos 70, mas já sem o mesmo vigor.

Os *flower children* desejaram e sonharam com um outro mundo. Carlos Tavares diz que eles (os *hippies*),

“(...) fizeram com que a contestação social, a desobediência e a procura pelos novos valores percorresse terras espalhando-se tal qual erva daninha.” (1985, p.20).

A contestação e a rebeldia iam se materializando em manifestações que pululavam em diferentes campos, em particular, nas artes e na música. O *rock* se atualizava nos anos 60, expressando-se através de um ritmo que evidenciava de forma ruidosa a força da cultura jovem, e com intérpretes capazes, como diz Pereira,

“(...) de encarnar a revolta e as aspirações de toda uma juventude rebelde que via na aliança entre Arte, comportamento e contestação uma nova possibilidade de expressão e sustentação de sua identidade.” (1983, p.45).

Bob Dylan, os Beatles e os Rolling Stones podem ser apontados como síntese desse sentimento.

Ao mesmo passo, outros movimentos florescentes, vinculados a minorias étnicas ou culturais, significativos e que expressavam uma nova forma de contestação, politicamente não institucionalizados naquele momento, passando pelo Gay Power, Women's Lib, Black Power, feminismo e o movimento ecológico ganham a simpatia e somam-se aos ares de contestação em marcha.

Já na Alemanha e nos países do norte da Europa, espalhavam-se experiências de comunas, isto é, a vida comunitária como alternativa à família nuclear, ao trabalho cotidiano, ao capitalismo de desperdício, que intentavam

construir possibilidades de autogestão e de superação da ideologia burguesa e de estrutura psicológica individualista.

A idéia de vida alternativa e as experiências concretas espalharam-se pelo mundo, mas foram representativas na Europa e nos Estados Unidos. Constituiu-se numa verdadeira explosão. Anunciava o sentido de que

“(...) as pessoas queriam reformular não apenas sua vida, mas também sua idéia de trabalho e de produção cultural.” (GABEIRA, 1985, p.13).

No verão de 1967, Herbert Marcuse, o pensador desobediente e um dos inspiradores desse movimento de contestação, em conferências na Alemanha para jovens e atentos assistentes, declarava que as condições (materiais e intelectuais) para a concretização de uma sociedade livre estavam dadas, e que esse devir só não acontecia porque a sociedade levantava barreiras para a sua própria liberação. Transformações sociais, nas palavras de Marcuse, só teriam lugar se a principal necessidade humana passasse a ser a liberdade e tudo o que ela implica. O filósofo avançava na explicação argumentando que essa nova necessidade significava, de um lado, a própria negação dos valores que sustentam o sistema (produtividade, competição, individualismo) e, de outro, a sua substituição pela “necessidade de paz, de tranqüilidade, de estar só consigo mesmo (ou com as pessoas amadas), de beleza, felicidade gratuita e de uma esfera particular” (GABEIRA, 1985, p.10).

A nova postura, segundo Marcuse, promoveria uma transformação total do mundo técnico, o que significaria revisar o processo desviado de industrialização, a reconstrução de cidades, a reconstrução da natureza.

Essa nova sociedade seria beneficiária da técnica e da industrialização, não só no sentido que o capitalismo lhes atribuiu, mas na construção de um novo mundo inspirado numa “dimensão estético-erótica, fórmula que sintetiza a convergência da técnica e da arte, do trabalho e do jogo” (GABEIRA, 1985, p.11).

O clima de descrédito e descontentamento com a sociedade capitalista ia assumindo inúmeras e profusas formas, que renovavam o sentido de busca de um novo espaço onde fosse possível viver uma outra vida.

O caminho da crítica e do confronto radical com o sistema foi igualmente sendo encarnado pelo movimento estudantil que, na América do Norte, agitou os estudantes em Berkeley, Califórnia, Colúmbia e Nova Iorque (ao questionarem a universidade enquanto instituição, engendraram novos espaços de luta política e desenvolveram uma nova linguagem política), e também na Europa, movimentando os estudantes na França e na Alemanha, com destaque para a ebulição e agitação dos estudantes franceses, no conhecido Maio de 68 francês.

As barricadas e os *slogans* radicais evidenciavam o caráter crítico e contestatório da rebeldia estudantil francesa, bem como o sentido de busca do novo. No conteúdo dos seus manifestos, essa concepção é recorrente. Declaravam:

“(...) a revolução que está começando questionará não só a sociedade capitalista como também a sociedade industrial. A sociedade de consumo tem de morrer de morte violenta. A sociedade da alienação tem de desaparecer da história. Estamos inventando um mundo novo e original. A imaginação está tomando o poder.” (PEREIRA, 1983, p.92).

Em resumo, os valores que fundamentavam esses movimentos de contestação iriam incidir na emergência de um tipo de vida alternativa, que poderia se situar no seguinte espectro: o processo de transformação da vida social, conjugado com a transformação da sociedade; a vida alternativa defendida por pessoas conscientes da questão política e que defendiam a fuga da sociedade de consumo; a vida alternativa que se recusava a tentar modificar uma sociedade considerada perdida; a vida alternativa como sinônimo de algo especialmente preparado para alguém, que a desejava em função do esgotamento do processo de produção em massa. A questão da vida alternativa significava, em termos gerais, uma ruptura com o modelo

sócioeconômico vigente. E as experiências se multiplicariam pelo mundo afora.

Na Alemanha, avançou-se no sentido de criação mesmo de uma espécie de bancos de financiamento de Projetos Alternativos, isso já na década de 70. Nos Estados Unidos, foi forte a tendência de se deslocar para o campo, numa espécie de volta à natureza a fim de reencontrar a sensibilidade para os fenômenos naturais e tentar uma auto-suficiência no mato, incluindo a construção da própria casa. As experiências também chegaram à América Latina e, particularmente no Brasil, houve várias tentativas de construção de uma nova vida também vinculada ao campo, como ocorreu em Visconde de Mauá, São Lourenço, Chapada dos Guimarães, entre outros lugares.

A temática da vida alternativa, portanto, desenvolve-se visceralmente atrelada a esses movimentos de contestação. Ao mesmo tempo, os temas alternativos também estão agregados à construção de sentidos que se lhe atribuem, ao mesmo tempo que vão se consolidar ao longo dos anos 70, como é o caso da conquista de direitos civis de minorias étnicas e culturais (negros, homossexuais e mulheres), dos movimentos sociais urbanos, das novas experiências do movimento operário, da emergência dos novos movimentos ecológicos.

Fernando Gabeira, no livro *Vida Alternativa* (1985), faz uma relação interessante entre a vida alternativa e o tema alternativo da ecologia. Ele argumenta que:

“(...) uma perspectiva ecológica para a sociedade e a tentativa de ajudar a sociedade a alcançá-la parece estar presente nos setores mais lúcidos da cena alternativa. Essa perspectiva ecológica não pode ser vista de uma maneira estreita, isto é, apenas como um conjunto de relações entre os setores humanos e a natureza. A visão ecológica coloca também abertamente a questão do poder, das relações interpessoais, da solidariedade com as minorias.” (p.23).



A essa altura, parece-nos que já foi possível explicitar a emergência do paradigma da vida alternativa, primeiro no delineamento do contexto sócio-cultural em que emerge, na suas formas ou manifestação e, a partir daí, identificando a sua confluência com os temas alternativos. Mas resta-nos ainda situar esta questão nos quadros dos Novos Movimentos Sociais<sup>25</sup>.

O desenvolvimento da noção de Novos Movimentos Sociais constitui-se – muito mais claramente como uma abordagem e não enquanto conceito – concomitantemente à emergência desses movimentos de contestação radical que, como apontamos linhas atrás, vão atravessar a sociedade contemporânea, desde a década de 50, por todos os lados.

Esses movimentos passam a ser categorizados como novos

“(…) porque não têm uma clara base classista, como nos velhos movimentos operários e camponeses, e porque não têm interesse especial de apelo para nenhum daqueles grupos.” (FOWERAKER apud GOHN, 2000, p.124).

A abordagem sobre esses novos movimentos passa a enfatizar, nos seus esquemas interpretativos, a variável da cultura traspassada pela questão da ideologia, a ação dos indivíduos, o papel dos participantes das ações coletivas como atores sociais, que são, também, forjadores da identidade coletiva, dando outro sentido à noção de política, que passa a ser entendida enquanto uma dimensão da vida social.

Entre os vários teóricos que vão discutir os paradigmas dos Novos Movimentos Sociais, Félix Guatarri oferece-nos uma interpretação interessante sobre os seus propósitos, argumentando que se caracterizam pela tentativa de difundir, no corpo social novas formas de organização, outras maneiras de conceber as relações entre vida cotidiana, trabalho, economia do desejo, etc., pela busca de uma intervenção analítica e pelo debate sobre a questão da autonomia.

---

<sup>25</sup> A temática dos Novos Movimentos Sociais situa-se no centro de um acirrado debate e profícuas interpretações. Entre os principais teóricos, encontramos Félix Guatarri, Foweraker, Alain Touraine, Claus Off e muitos outros. Nos quadros desta pesquisa, porém, passaremos ao largo desse debate, buscando um aporte a partir da síntese elaborada por Maria da Glória Gohn. A referência completa a esse texto indicamos na bibliografia.

No texto intitulado “As Novas Alianças: Movimentos Sociais & Movimentos Alternativos”, resultado de um debate com Guatarri, publicado na revista *DESVIOS* (1985), o filósofo afirma que, nos anos 60 os Movimentos Alternativos estavam em gestação, transformando-se mesmo em Novos Movimentos Sociais efetivamente constituídos, bem depois do Maio de 68, manifestando-se através do movimento homossexual organizado, do grupo de informação sobre prisões, dos movimentos feministas e das rádios livres, e dos movimentos ecológicos, entre outros.

Através da reflexão de José Carlos Bruni, podemos encaminhar uma tentativa de definição, apontando a concepção de que “os Novos Movimentos Sociais vão trazer um novo tipo de sujeitos e agentes, novos tipos de conflito, novos tipos de espaços políticos em que estes se desenvolveram” (1988, p.27).

Procurando evidenciar a confluência das questões que abordamos até aqui, podemos esquematizá-las, mesmo correndo algum risco de reducionismo, da seguinte forma: os movimentos de contestação que passam a ganhar espaço na sociedade a partir da década de 50 (o movimento *beat*, o *hippster*, o *hippie* e o fenômeno de Maio de 68 na França), desencadeiam uma reflexão e uma busca pela perspectiva da vida alternativa; no contexto de desenvolvimento desses movimentos, os temas alternativos são gestados e passam pouco a pouco a ganhar forma e espaço; o paradigma dos Novos Movimentos Sociais passa a oferecer um aporte conceitual assentado em novas variáveis para tentar apreender esses movimentos inteiramente inesperados e não previstos até então por quaisquer teorias.

No conjunto das questões que desenhamos nesta seção, acreditamos que já aparecem algumas evidências capazes de encaminhar, mesmo que inicialmente, uma fundamentação teórica a partir da qual se pode explicar a Experiência Cooperativa Ecológica Integral da *Comunidad Del Sur* (perspectiva da vida alternativa, termos alternativos e Novos Movimentos Sociais), bem como o de oferecer o pano de fundo no qual essa experiência comunitária emerge e se desenvolve.

No capítulo que segue, a nossa atenção recai, necessariamente, no processo de constituição e trajetória da *Comunidad Del Sur*.